U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DA DESVIÂNCIA

Pessoas trans* vitimizadas por violência doméstica e nas relações de intimidade: perspectivas de profissionais

Luiza Domingues de Andrade

M

2025

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

PESSOAS TRANS* VITIMIZADAS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS

Luiza Domingues de Andrade

Outubro, 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor **Pedro Alexandre Costa** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Não poderia iniciar este trabalho sem antes expressar a minha gratidão a todas as pessoas que tornaram esse percurso possível. A conclusão deste curso representa um marco gigantesco na minha vida – foram cinco anos de muitos desafios, aprendizagens, risadas e lágrimas. Tudo isso com uma saudade de casa que apertou no peito em muitos momentos, mas que também veio acompanhada do sentimento gostoso de perceber que com ela vieram conquistas, amadurecimento e muitas pessoas incríveis.

Começo então por agradecer às pessoas que sonharam por mim desde o começo, mesmo antes de eu me dar conta de qual sonho exatamente era esse. Aos meus pais, que são os meus primeiros amigos, agradeço de coração por me deixarem sonhar e por sonharem comigo. Que privilégio é crescer sabendo que sempre terei o amor e apoio de vocês.

Aos meus irmãos, agradeço por existirem. Crescer com vocês foi o maior presente que a vida me deu. À Naty e ao Gui, obrigada por serem meus melhores amigos, por me ouvirem falar durante horas sobre qualquer assunto, pelas risadas e pelos papos cabeça. Obrigada por serem meus modelos.

À pessoa que me orientou, agradeço pela paciência e pelo carinho com os quais fui recebida desde o início desse processo. Obrigada por todos os momentos de reflexão e de amadurecimento, esse trabalho não seria o que é sem a sua orientação.

Às pessoas amigas, agradeço por tornarem os dias mais leves, pela parceria e momentos de diversão. Andrei, Vivian, Maria, Ed, Ana, Yara, Carol, Miguel e Xico, obrigada por serem minha família longe de casa, e por toda a parceria ao longo desses anos.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que aceitaram participar deste estudo. Obrigada pela confiança depositada em mim para transmitir os vossos conhecimentos de anos de trabalho na área, e por toda a disponibilidade.

Resumo

O presente estudo, desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado, buscou reunir junto a um grupo de pessoas profissionais que atuam na área da violência doméstica quais são as suas experiências de atendimento com a população trans*, assim como suas perceções acerca do trabalho que está a ser realizado com essa população na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNNAVD). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com oito pessoas profissionais, de serviços especializados para a população LGBTI+ (n = 5), e de serviços generalistas ou especializados no atendimento de outras populações (n = 3). Os conteúdos das entrevistas foram analisados através da Análise Temática, que permitiu a organização dos dados coletados em quatro temas principais: 1) Atendimentos com Pessoas Trans* Vitimizadas; 2) Panorama da RNAVVD; 3) Formação Profissional na Área da Violência Doméstica; e 4) Sugestões de Mudanças Estruturais. Os resultados demonstram que as pessoas profissionais consideram que a população trans* vitimizada se encontra em uma posição de marcada vulnerabilidade no contexto português, decorrente não apenas das violências praticadas nas famílias e relações de intimidade, como também por discriminações nos serviços essenciais e desigualdades estruturais que dificultam a sua capacidade de autonomização. Além disso, também indicam que essa população encontra dificuldades acrescidas no acesso aos serviços de apoio à vítima, e que as iniciativas promovidas pelas estruturas especializadas, no sentido de atender às suas necessidades psicossociais, têm constituído um trabalho importante no bem-estar dessa população.

Palavras-chave: diversidade de género, violência familiar, violência nas relações afetivas, RNAVVD.

Abstract

The purpose of this study, conducted as part of a master's dissertation, was to explore the experiences of professionals working in the field of domestic violence with the trans* population, as well as their perceptions of the work carried out within the National Network for Supporting Victims of Domestic Violence in Portugal (RNAVVD). Semi-structured interviews were conducted with eight professionals: five from services LGBTI+ specialized services, and three from generalist or other populations specialized services. Data were analyzed using Thematic Analysis, resulting in four main themes: 1) Service Provision to Victimized Trans* People; 2) Overview of the RNAVVD; 3) Professional Training in Domestic Violence; and 4) Suggestions for Structural Changes. Findings indicate that victimized trans* individuals in Portugal experience heightened vulnerability, stemming not only from violence within families and intimate relationships, but also from discrimination in essential services and structural inequalities that limit their autonomy. Furthermore, participants highlighted the additional barriers faced by trans* people in accessing victim support services, emphasizing that initiatives promoted by specialized LGBTI+ services that address their psychosocial needs are crucial for this population's wellbeing.

Keywords: gender diversity, family violence, violence in intimate relationships, RNAVVD.

Índice

Introdução 1
Enquadramento Teórico 5
Violência Doméstica e Violência nas Relações de Intimidade 5
Busca por Ajuda e Redes de Apoio à Vítima 8
Intervenção Profissional Junto às Pessoas Trans* Vitimizadas 9
Estudos com Pessoas Profissionais na Área da VD e VRI 11
O Presente Estudo 12
Método 13
Participantes 13
Instrumentos 14
Procedimentos 15
Análise de Dados e Reflexividade 16
Considerações Éticas 17
Resultados 19
Discussão 43
Conclusões 48
Referências Bibliográficas 50
Anexos 58

Lista de Abreviações

APA – American Psychological Association

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítimas

OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses

RNAVVD – Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica

TAV – Técnico de Apoio à Vítima

VD – Violência Doméstica

VRI – Violência nas Relações de Intimidade

Introdução

A população trans*[1] é composta por um grupo heterogéneo de pessoas que não se identificam com o sexo/género que lhes foi atribuído à nascença, incluindo desde homens e mulheres trans, até pessoas cujas identidades fogem ao binarismo de género, como é o caso de pessoas não-binárias (Matos & Rodrigues, 2021). Tal como acontece com pessoas cisgénero (ou seja, que se identificam com o sexo/género que lhes foi atribuído), as pessoas trans* são bastante diversas entre si, e possuem aspectos das suas identidades que entrecruzam-se com fatores interseccionais (e.g. etnia, orientação sexual, condição socioeconómica, status migratório, diversidade funcional, etc), que contribuem para a diversidade e riqueza das suas experiências. Não obstante, essa população partilha algumas dificuldades específicas que decorrem do não alinhamento entre a identidade de género e o sexo/género atribuído ao nascimento (e.g. possível necessidade de adequar os papéis sociais, expressões de género e o próprio corpo à sua identidade), assim como enfrentam dificuldades e barreiras que decorrem do estigma e discriminação social (OPP, 2017).

Apesar de atualmente a Assembleia da República reconhecer o direito de pessoas trans* à sua autodeterminação, até pouco tempo atrás esse cenário era bem diferente. Antes do ano de 2011, a legislação portuguesa não previa qualquer mecanismo que possibilitasse às pessoas trans* o reconhecimento legal das suas identidades de género; com o único caminho possível para a alteração de documentos oficiais (e.g. sexo legal, nome próprio) consistindo em processar o Estado e enfrentar processos judiciais que além de poder durar anos, também eram acompanhados por exigências feitas pelos tribunais que constantemente violavam os seus Direitos Humanos – incluindo provas de esterelização, ausência de filhos, divórcio, e a realização de procedimentos hormonais e cirúrgicos, como as cirurgias genitais (Moleiro & Pinto, 2020; Neves et al., 2023a).

É a partir do estabelecimento da lei nº 7/2011 que passa a existir no país um procedimento oficial para a alteração dos documentos de pessoas trans* com nacionalidade portuguesa e maiores de idade; mudança que apesar de representar um avanço em relação ao vazio legal que era encontrado anteriormente, envolvia a obrigatoriedade da apresentação de

[1] O termo trans*, na sua forma com asterisco, tem sido utilizado de forma a expressar uma perspectiva crítica acerca das necessidades às vezes comuns das pessoas trans*, ao mesmo tempo em que reconhece que suas vidas e identidades são heterogêneas (Platero, 2014). Ao longo deste trabalho, o termo será adotado de forma a se referir às pessoas que se identificam com um género diferente do que lhes foi atribuído à nascença, incluindo aquelas que se identificam fora do binarismo de género (e.g. pessoas não-binárias).

um documento que atestasse o diagnóstico clínico de Perturbação de Identidade de Género[2], emitido por uma equipa multidisciplinar de sexologia; e não estendia os mesmos direitos às pessoas de outras nacionalidades e/ou menores de idade (Moleiro et al., 2023).

Após a promulgação dessa lei, foram realizados nos cinco anos subsequentes estudos com o intuito de avaliar a implementação e impactos da mudança legislativa, que demonstraram efeitos positivos tanto no bem-estar psicológico quanto social de pessoas trans*; ao mesmo tempo em que apontavam para os desafios colocados pela exigência da apresentação de um diagnóstico clínico, principalmente por comportamentos como o *gatekeeping* por parte de pessoas profissionais da saúde (ou seja, permitir ou não o acesso a tratamentos médicos), morosidade dos processos, e exigência de critérios que não estavam previstos nos diagnósticos, como a exigência de realização de tratamentos hormonais (Moleiro et al., 2016).

Em 2018, um novo avanço ocorre com a publicação da Lei do Direito à Autodeterminação da Identidade de Género e Proteção das Características Sexuais de Cada Pessoa (Lei nº 38/2018), em vigor atualmente, que garante às pessoas maiores de idade e com nacionalidade portuguesa o reconhecimento legal da sua identidade de género no registro civil, sem que sejam necessários tratamentos médicos ou a apresentação de um diagnóstico clínico (Neves et al., 2023a). Também passam a ser incluídas as pessoas entre os 16 e 17 anos, desde que apresentem o consentimento por parte de pessoas responsáveis e uma declaração de uma pessoa profissional da área da saúde que ateste a capacidade de tomar decisões sobre as suas próprias vidas. Além disso, também foram proibidas cirurgias desnecessárias em bebês e crianças intersexo, com a recomendação de que essas passem a ser consideradas apenas após o estabelecimento das suas identidades de género (Moleiro et al., 2023). Apesar de representar um marco nos direitos das pessoas trans* em Portugal, a legislação segue sem reconhecer as identidades de pessoas não-binárias, e não concede os mesmos direitos às pessoas sem nacionalidade portuguesa (Matos & Rodrigues, 2021).

Para além das mudanças legislativas, também no ano de 2018 foi aprovada a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND 2018-2030), composta por três planos de ação que visam estabelecer objetivos e medidas concretas para a promoção da igualdade de género e combate à discriminação em função do género, orientação sexual, identidade e

[2] Atualmente, o DSM-V substituiu a categoria "Perturbação de Identidade de Género" por "Disforia de Género", de forma a se referir à incongruência acentuada entre o género expresso e o género designado de uma pessoa, condição que está associada à sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízos no seu funcionamento (APA, 2013). Este e outros modelos de classificação têm recebido críticas, uma vez que colocam as transexualidades como um problema do indivíduo, ao invés de problematizar a transfobia existente nas sociedades (Rodrigues et al., 2021).

expressão de género e característica sexuais. Um desses planos, o PAOIEC[3], visa promover o conhecimento acerca da real situação das necessidades de pessoas LGBTI+ no país, assim como as discriminações sofridas por elas; de forma a garantir a transversalização dessas questões, prevenir e combater todas as formas de violência contra a população LGBTI+ na vida pública e privada (Sousa et al., 2023).

Apesar de todos os avanços citados nas esferas legais e políticas, as pessoas LGBTI+ continuam a reportar discriminações sofridas em diferentes esferas da vida cotidiana, o que indica a existência de uma lacuna entre os avanços legislativos e a experiência real dessa população em Portugal (Abreu et al., 2024). A última edição do *EU LGBTIQ SURVEY III* [4] (FRA, 2024), por exemplo, aponta para uma queda na confiança de pessoas LGBTI+ em relação aos esforços do governo português no combate ao preconceito e à intolerância (caindo de 56% em 2019, para 38% em 2023). E no último ano, o país deixou de ocupar o 10º lugar no *Rainbow Map*[5], passando para a 11ª posição no *ranking* dos 49 países europeus que são analisados anualmente (ILGA Europe, 2025).

Ainda que o debate público e académico em torno da diversidade de género tenha conquistado maior visibilidade na última década, a produção científica acerca das vivências heterogéneas de pessoas trans* no país continua a ser escasssa (Moleiro et al., 2023) – lacuna que fica ainda mais evidente quando falamos sobre a prevalência de fenómenos como a discriminação e violência, uma vez que não existem dados globais sobre a população LGBTI+ em Portugal (Neves et al., 2023a), nem esforços concretos do governo em promover a recolha de dados nacionais sobre a vitimação que façam o cruzamento com fatores como a identidade de género e orientação sexual de pessoas vitimizadas e agressoras.

Dessa forma, acabamos por depender do trabalho que está a ser realizado por organizações e centros LGBTI+ no país, assim como de relatórios de agências internacionais, que têm vindo a fornecer alguma luz sobre esses fenómenos. O relatatório do FRA (2024) citado anteriormente, indica que Portugal foi o país europeu analisado que apresentou a maior taxa de discriminações relatadas por mulheres trans; e o último Observatório de Discriminação contra

[3] Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais.

[4] A *EU LGBTIQ SURVEY* consiste em um dos maiores inquéritos sobre a realidade de pessoas LGBTI+ na Europa. A sua terceira edição, realizada pela *European Union Agency for Fundamental Rights*, contou com mais de 100.000 respostas de pessoas LGBTI+ com 15 anos ou mais, de diferentes países da UE (FRA, 2024).

[5] Realizado anualmente pela ILGA Europe, o *Rainbow Map* classifica 49 países europeus com base nas práticas legais e políticas em relação às pessoas LGBTI+, podendo variar entre 0-100% conforme a adoção de medidas inclusivas (ILGA Europe, 2025).

Pessoas LGBTI+ em Portugal registrou entre 2020 e 2022 cerca de 469 denúncias de situações envolvendo preconceito, discriminação e/ou violência em função da orientação sexual, identidade/expressão de género e características sexuais das pessoas vitimizadas (ILGA Portugal, 2023).

Além disso, estudos nacionais acerca das trajetórias de pessoas LGBTI+ no país (e.g. Saleiro et al., 2022; Neves et al., 2023b) demonstram que as pessoas trans* encontram-se em uma posição especialmente vulnerabilizada, decorrente das vitimações e discriminações sofridas nos contextos privado, público e institucional (e.g. nas famílias, relações de intimidade, saúde, escola, trabalho, esquadras); ao mesmo tempo em que enfrentam uma série de desigualdades estruturais que dificultam o seu acesso aos serviços básicos, às estruturas de apoio à vítima, e às redes de apoio informais (Greenberg, 2012; Calton et al., 2016; Marrow et al., 2024; Saleiro et al., 2022; Neves et al., 2023b).

Por esse motivo, as pessoas profissionais que atuam em estruturas de apoio à vítima e em serviços da Administração Pública Central possuem um papel fundamental no processo de apoio de pessoas trans* vitimizadas, principalmente nos casos que envolvem violência doméstica e nas relações de intimidade; uma vez que representam muitas vezes a linha de frente nos atendimentos dessas situações. Entretanto, alguns estudos (e.g. Tesch & Bekerian, 2015; Furman et al., 2017; Neves et al., 2023b) têm demonstrado que existe uma marcada falta de formação específica em temáticas LGBTI+ para as pessoas que atuam nessas áreas, assim como a existência de situações de discriminação e exclusão de pessoas trans* nos serviços.

Dessa forma, o presente estudo busca reunir, junto às pessoas profissionais dos serviços da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), as experiências de atendimento e suas percepções acerca da forma como estão a ocorrer os atendimentos de pessoas trans* em Portugal. Os objetivos definidos para essa investigação incluem: 1) explorar a forma como ocorrem os atendimentos de pessoas trans* nas estruturas da RNAVVD; 2) identificar as dificuldades e potencialidades desses serviços, assim como possíveis melhorias que possam ir ao encontro das necessidades dessa população; 3) reunir, junto a pessoas profissionais dos serviços especializados para a população LGBTI+, quais são as boas práticas adotadas nos atendimentos, iniciativas de formação e sensibilização feitas junto à comunidade, e experiência de articulação com outras estruturas da rede.

Enquadramento Teórico

Violência Doméstica e Violência nas Relações de Intimidade

De forma a facilitar a compreensão deste estudo, alguns conceitos precisam ser esclarecidos. Em primeiro lugar, temos a violência doméstica (VD), que consiste em um crime público tipificado pelo Código Penal Português no artigo 152º, e que pode ser definida como "um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar [...] ou que, mesmo não co-habitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar" (Manita, 2009).

Em seguida, temos o conceito de violência nas relações de intimidade (VRI), que passou a ser utilizado como uma forma de alargar a noção de que a violência doméstica ocorreria apenas dentro das relações conjugais (e.g. no casamento), reconhecendo que os padrões comportamentais violentos e manipulativos também podem ocorrer dentro de diferentes tipos de relacionamentos íntimos (Manita, 2009). Tanto a VD quanto a VRI envolvem diferentes tipologias de violência (e.g. física, psicológica, sexual, económica), que podem ocorrer de forma isolada ou em simultâneo, e resultam em impactos negativos ao nível da saúde física e psicológica da pessoa vitimizada – e, em casos mais graves, também podem levar a tentativas ou concretização de homicídios (APAV, 2010).

Por fim, ao falarmos sobre a VD e VRI praticadas contra pessoas LGBTI+, significa dizer que os comportamentos violentos são exercidos contra uma pessoa cônjuge, companheira, filha, pai, mãe, avô ou avó que é LGBTI+ ou que é percebida por outras pessoas como sendo LGBTI+ (Moleiro et al., 2016).

Os dados sobre a VD e VRI demonstram que, mais do que um problema presente na esfera relacional, esses fenómenos representam uma séria questão de saúde pública; com as mulheres sendo principalmente afetadas. A Organização Mundial de Saúde (WHO, 2021) estima que entre 2000 e 2018, cerca de 27% das mulheres entre os 15 e 49 anos havia sofrido algum tipo de vitimação física e/ou sexual dentro do contexto de um relacionamento íntimo. Na Europa, o *European Institute for Gender Equality* (EIGE, 2025) aponta que das mulheres participantes (n = 114,023), cerca de 31% havia sido vítima de violência física ou sexual; com a taxa em Portugal chegando aos 25%. Além disso, o Relatório Anual de Segurança Interna mais recente (RASI, 2024) indica que somente no último ano, foram registradas cerca de 30,221 participações no âmbito da violência doméstica em Portugal; com 85.5% das situações envolvendo a violência praticada contra uma pessoa cônjuge ou análoga, sendo as mulheres

identificadas como a maior parte das pessoas vitimizadas (67,9%) e os homens como a maior parte das pessoas agressoras (78,2%).

Embora seja fundamental reconhecer que a VD e VRI consistem em fenómenos marcados pelas desigualdades de género, e que em números absolutos meninas e mulheres estão mais expostas a sofrerem vitimações nesses contextos, Rogers (2019) chama a atenção para a forma como a narrativa acerca desses fenómenos tende a carregar um viés assente na cisheteronormatividade, contribuindo para a invisibilização das experiências de pessoas com orientações sexuais e/ou identidades de género diversas – o que fez com que durante muito tempo esses fenómenos fossem vistos como sendo vivenciados apenas dentro de relacionamentos entre pessoas de género diferente e entre pessoas cisgénero (Furman et al., 2017). Tal como foi mencionado anteriormente, não existem dados globais sobre as pessoas LGBTI+ em Portugal (Neves et al., 2023a), o que dificulta o entendimento sobre a real prevalência da VD e VRI nessa população no contexto nacional. Apesar disso, a literatura sobre o tema indica que as pessoas LGBTI+ encontram-se em riscos iguais ou até mesmo acrescidos de sofrerem vitimações dentro das famílias e nas relações de intimidade (e.g. Ard & Makadon, 2011; Langenderfer-Magruder et al., 2016; Salerio et al., 2022), com as pessoas trans* estando especialmente vulneráveis (Calton et al., 2016; Carmona et al., 2022; Neves et al., 2023b).

A família e as relações de intimidade são os dois contextos em que pessoas trans* estão em maiores riscos de sofrer violência e discriminações (Neves et al., 2023a). No contexto familiar, Carmona et al. (2022) mencionam que as pessoas LGBTI+ jovens encontram-se especialmente vulneráveis a abusos e violências por parte de pessoas integrantes das famílias (e.g. expulsões de casa, rompimento de laços familiares), e reforçam que as pessoas trans* estão em maiores riscos de sofrerem abusos psicológicos e físicos, assim como micro-agressões nesses contextos. No contexto das relações de intimidade, o estudo realizado nos Estados Unidos por Langenderfer-Magruder et al. (2016), indica que em uma amostra de pessoas LGBTI+ adultas (n = 1,139), cerca de 20% havia sofrido alguma experiência de vitimação dentro de um relacionamento íntimo; e que as pessoas trans* (n = 112) haviam relatado maiores taxas de vitimação do que as pessoas cisgénero. Os resultados de outro estudo realizado no mesmo país, dessa vez por Closson et al. (2024) com uma amostra grande de pessoas cisgénero e trans* (n = 3,560), apontam que as pessoas trans* estavam em maiores riscos de terem sofrido violência física e VRI no último ano, e que homens trans e pessoas não-binárias estavam em maiores riscos de terem sofrido violência sexual no mesmo perido, quando comparadas às mulheres cisgénero.

A literatura tem demonstrado que a população trans* se encontra em maiores riscos de enfrentar problemas a nível da sua saúde física e psicológica (e.g. isolamento social, depressão, ansiedade, stress pós traumático e suicídio), assim como de estarem em vulnerabilidade psicossocial (e.g. desemprego, violência interpessoal, situação de sem abrigo) (OPP, 2017). A prevalência de sintomas depressivos e de ideação suicida pode estar associada a discriminação frequentemente sofrida por essa população nos sistemas ecológicos que a rodeiam, especialmente nas escolas, trabalho, e nos serviços de saúde (Carmona et al., 2022). Nos casos de VD e VRI, Neves et al. (2023b) destacam que as pessoas trans* são as mais afetadas pela violência, discriminação, invisibilidade e isolamento; com impactos na saúde física e mental que incluem o sofrimento psicológico, disforia de género, agressões, automutilações e (tentativas de) suicídio.

Uma revisão sistemática da literatura e meta-análise, que incluiu 37 estudos, realizada por Marrow et al. (2024) buscou reunir o conhecimento académico existente sobre a violência nas relações de intimidade contra pessoas trans*. Dentre os resultados obtidos, os autores foram capazes de identificar dois aspectos principais que caracterizam as consequências da VRI nessa população, sendo eles: 1) consequências a longo prazo; e 2) necessidade de escolha entre o amor *versus* segurança. Os efeitos gerais da vitimação envolvem a hipervigilância, o medo em explorar relações futuras e o acúmulo de traumas.

No primeiro subtema (1) consequências a longo prazo, é descrito o impacto negativo da violência na saúde mental das pessoas vitimizadas, sendo mencionado o uso de substâncias, impacto na autoestima, o isolamento, e impacto na habilidade em confiar em parceiros íntimos, a ansiedade, depressão, stress traumático, perturbações alimentares e tentativas de suicídio. Dentro do segundo subtema (2) necessidade de escolher entre o amor *versus* segurança, como estratégias identificadas para evitar uma nova vitimação, é mencionado o evitamento de relacionamentos futuros com homens heterossexuais e cisgénero – apesar de também ser mencionado o medo de mulheres cisgénero, ou mesmo uma falta de confiança geral para com os outros, independentemente da sua identidade de género (Morrow et al, 2024). Esse evitamento pode levar as pessoas trans* ao isolamento, tanto no tocante das relações de intimidade, quanto do contexto social mais alargado.

As consequências negativas do *coping* através do isolamento social e evitamento de relações futuras envolvem uma tensão entre o desejo por intimidade e o medo de uma futura situação de violência (Morrow et al, 2024). As pessoas trans* vitimizadas identificam frequentemente uma percepção de troca entre a sua segurança (ao estarem sozinhas), ou o amor e a intimidade com uma pessoa parceira violenta; sendo que as afirmações transfóbicas

utilizadas como forma de manipulação pela pessoa parceira podem acabar sendo internalizadas pela pessoa vitimizada, funcionando de forma efetiva em convencê-la a continuar na relação violenta, por medo de perder seu senso de estabilidade e conexão (Marrow et al, 2024). Dessa forma, a transfobia estrutural pode ser utilizada de forma a afetar a tomada de decisões da pessoa vitimizada, levando-a a internalizar afirmações como "ninguém vai te amar por ser trans", dificultando a saída do relacionamento abusivo, ou quando esta acontece, levando a pessoa a evitar novos relacionamentos e a isolar-se socialmente (Marrow et al, 2024).

Busca por Ajuda e Redes de Apoio à Vítima

Um aspecto fundamental para o processo de recuperação de pessoas vitimizadas por VD e VRI, assim como para o rompimento das relações abusivas, consiste no ato de buscar apoio e ajuda por parte das redes de suporte – que podem ser tanto formais (e.g. instituições, estruturas de apoio à vítima, profissionais de saúde, esquadras) quanto informais (e.g. familiares, pessoas amigas, pessoas vizinhas, colegas de trabalho); uma vez que esse ato tende a aumentar a segurança das pessoas vitimizadas, e traz melhores resultados em termos da sua saúde mental e física (Dufour et al., 2023). Apesar disso, a literatura demonstra que muitas vezes as pessoas vitimizadas se deparam com barreiras que dificultam a tomada de decisão em pedir ajuda, ou mesmo de acessar os serviços de apoio quando decidem fazê-lo; seja pelo medo da pessoa agressora e de que outras pessoas não acreditem nos seus relatos, pelo desconhecimento acerca dos recursos existentes na comunidade e dificuldade de acesso aos mesmos, ou por conta do estigma em torno da violência doméstica (Dufour et al., 2023).

No caso de pessoas LGBTI+, algumas barreiras internas e externas podem dificultar ainda mais a revelação das vitimações sofridas, assim como a busca por suporte por parte das redes formais. No que se refere às barreiras internas, Neves et al. (2023b) ressaltam o fato de que frequentemente pessoas LGBTI+ vitimizadas são economicamente dependentes das suas famílias, o que acresce à dificuldade em realizar as denúncias, uma vez que podem sentir medo de serem expulsas de casa; e por não possuírem meios para autonomizar-se. Também mencionam que, mesmo quando desejam recorrer às autoridades, o medo de ter de revelar-se como LGBTI+ e de sofrer discriminações por parte dos serviços faz com que muitas decidam por não revelar as vitimações sofridas.

Já no que se refere às barreiras externas, Calton et al. (2016) mencionam como as desigualdades sistémicas podem dificultar o acesso aos serviços existentes, uma vez que existem poucas estruturas especializadas e culturalmente competentes para atender às necessidades dessa população. Neves et al. (2023b) também mencionam a invisibilidade sofrida

por pessoas LGBTI+, e o fato de que a violência doméstica é frequentemente discutida sob um ponto de vista heteronormativo e associada à violência de género contra as mulheres – o que pode diminuir a visibilidade desse fenómeno na população LGBTI+.

No que se refere especificamente às pessoas trans* vitimizadas, essas apresentam menor probabilidade de buscar apoio por parte das instituições, principalmente por conta do medo de serem discriminadas com base na sua identidade de género (Neves et al., 2023b). A dependência financeira, impossibilidade de pedir apoio às famílias (que muitas vezes as rejeitam) e instituições, associado ao medo de reportar os casos à polícia ou a profissionais da saúde, aumentam significativamente as barreiras para essa população (Marrow et al., 2024).

Foi a partir do reconhecimento dessas barreiras e da necessidade de intervenções específicas que o governo português passou a investir na criação de serviços voltados para essa população; que desde 2016 são fornecidos por três estruturas de atendimento especializadas: a ILGA-Portugal e a Casa-Qui em Lisboa, e a Plano i no Porto (Sousa et al., 2023). Também foi inaugurada em 2018 a primeira estrutura de acolhimento em emergência para pessoas LGBTI+ em Portugal, a Casa Arco-íris, que está sob gestão da Plano i. As três estruturas integram a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), que engloba a Administração Pública responsável pela cidadania e igualdade de género, o instituto de Segurança Social, as respostas de acolhimento (e.g. casas-abrigo; casas de acolhimento de emergência), e as estruturas de atendimento. A RNAVVD cobre todo o território nacional, sendo composta por cerca de 200 estruturas.

Apesar da importância da criação das estruturas especializadas, alguns desafios são relatados no que diz respeito à capacidade de respostas destes serviços; uma vez que, para além de serem poucos, também carecem de recursos humanos qualificados e de recursos técnicos específicos que possibilitem um atendimento e intervenção eficaz junto às pessoas vitimizadas (Neves et al., 2023b). Além disso, a existência de apenas uma resposta de acolhimento em emergência para a população LGBTI+, e o fato de não existirem casas-abrigo voltadas para essa população, coloca entraves no acesso de pessoas LGBTI+ vitimizadas – uma vez que o que se verifica com a manutenção de pessoas vitimizadas na estrutura por um período de até 9 meses, é que esta esteja frequentemente lotada, e sem a possibilidade de realizar novos acolhimentos (Neves & Ferreira, 2022).

Intervenção Profissional Junto às Pessoas Trans* Vitimizadas

De forma a promover práticas profissionais afirmativas, e garantir o desenvolvimento contínuo de pessoas que atuam na área da psicologia, em 2017 a Ordem dos Psicólogos

Portugueses (OPP) publicou o *Guia Orientador da Intervenção Psicológica com Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT)*. Ao reconhecer que a competência profissional para a intervenção com a população trans* é específica e que depende de experiências e formações que vão além das necessárias para a intervenção junto à população LGB (Lésbicas, Gays e Bissexuais cisgénero), o documento estabelece dois conjuntos de linhas orientadoras que se dedicam separadamente a cada um dos dois grupos (OPP, 2017).

Segundo Teixeira et al. (2023), as *guidelines* estabelecidas para a intervenção psicológica com a população trans* podem ser organizadas em três grandes dimensões, que envolvem: 1) a necessidade de formação específica e adequada, que informe uma prática psicológica assente em temáticas basilares (e.g. género como constructo não-binário; direito à autodeterminação; distinções e interrelações entre identidade de género, expressão de género e orientação sexual; e a aplicação correta da teoria da interseccionalidade). 2) A sensibilização para a autorreflexão por parte das pessoas profissionais, de modo a que sejam capazes de perceber como suas próprias atitudes e conhecimentos podem afetar a qualidade das intervenção; a compreensão acerca das especificidades e das diversas vivências da população trans*; e um trabalho multidisciplinar que promova acompanhamentos mais compreensivos. E, por fim, 3) o compromisso social e público que vise aperfeiçoar políticas e medidas que sejam promotoras da saúde e bem-estar das pessoas trans* (e.g. produção e disseminação científica; formação de competências sensíveis à diversidade e desconstrução de crenças, atitudes e comportamentos discriminatórios).

Na área da VD e VRI, dois guias de boas práticas foram publicados sobre a intervenção junto à população LGBTI+ vitimizada (Moleiro et al., 2016; Neves et al., 2022). O primeiro deles, publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), destaca a importância das "competências para a diversidade individual e cultural" – também conhecidas como competências culturais ou multiculturais. De acordo com a APA (2023), as competências culturais consistem na capacidade de colaborar de forma eficaz com pessoas de diferentes culturas, e envolvem o reconhecimento da diversidade tanto entre quanto dentro das culturas, a capacidade de autoavaliação cultural, e a disposição para adaptar comportamentos e práticas pessoais. No campo dos cuidados de saúde, a competência multicultural está relacionada à adequação das práticas nos atendimentos prestados a grupos minorizados; de forma a possibilitar serviços cultural e linguísticamente adequados (Chiriboga & Hernandez, 2015).

O guia de Moleiro et al. (2016) aborda o modelo tridimensional das competências multiculturais, sugerido como referencial para o desenvolvimento de práticas psicoterapêuticas mais éticas e eficazes com grupos minorizados, e que sustenta-se em três dimensões: a

consciência, o conhecimento, e as competências (Moleiro & Pinto, 2009). No contexto dos atendimentos de pessoas LGBTI+ vitimizadas, essas três dimensões são apresentadas da seguinte forma: 1) conhecimento sobre as especificidades das pessoas LGBTI+ (e.g. histórias, processos discriminatórios e estigmatizantes em função da orientação sexual e identidade de género), e sobre as especificidades da violência doméstica nessa população; 2) consciência das pessoas profissionais sobre si mesmas enquanto seres culturais (com valores, crenças e preconceitos), das suas atitudes em relação às pessoas LGBTI+, e como esses fatores podem afetar a sua prática profissional; 3) competências específicas para o atendimento e acompanhamento de pessoas LGBTI+ vitimizadas, que envolvem o uso de linguagem inclusiva e não assunção sobre a orientação sexual da pessoa atendida (Moleiro et al., 2016).

O segundo guia de boas práticas, publicado pela Plano i em 2022, também destaca a importância da adoção de uma linguagem inclusiva nos atendimentos, que valorize e valide a identidade de cada pessoa e respeite o seu direito à autodeterminação. Também menciona algumas das questões institucionais, que devem ser tidas em consideração para a promoção de boas práticas nos atendimentos com a população LGBTI+, e para a criação de espaços inclusivos (e.g. adaptação dos espaços físicos, alinhamento dos documentos institucionais com a linguagem inclusiva, comunicação externa das estruturas com a população LGBTI+, promoção de formações especializadas, integração de profissionais LGBTI+).

Estudos com Pessoas Profissionais na Área da VD e VRI

Nos últimos anos, alguns estudos buscaram explorar as experiências de pessoas profissionais que atuam na área da VD e VRI, nos atendimentos com pessoas LGBTI+ vitimizadas. Dois estudos qualitativos norte-americanos (Tesch & Bekerian, 2015; Furman et al., 2017), realizados com pessoas profissionais da área (n = 10), apontam para a falta de formação especializada em questões LGBTI+, e sentimento de despreparo para os atendimentos com essa população – sobretudo nos casos de pessoas trans*, que são destacadas como as que sofrem maiores exclusões e discriminações nos serviços. Também destacam as barreiras no acesso às redes de apoio formais, ligadas ao medo da discriminação, ausência de protocolos inclusivos, escassez de programas e serviços especializados, e falta de recursos estáveis para as instituições LGBTI+. Ambos os estudos reforçam a necessidade de investimento na capacitação das equipas para a intervenção com essa população e na criação de protocolos mais inclusivos, de modo a garantir práticas mais acessíveis e culturalmente competentes.

No contexto português, Neves et al. (2023b) realizaram um estudo misto que evidenciou questões semelhantes. O estudo contou com a realização de quatro *focus groups* (n = 24),

entrevistas individuais (n = 121), e inquéritos *online* (n = 2015); junto à pessoas profissionais de diferentes áreas da administração pública, ONGs, associações e coletivos LGBTI+. Os resultados das entrevistas demonstraram que a Administração Pública Central é tida como hostil, discriminatória e preconceituosa contra pessoas LGBTI+, e reforçam a necessidade de que seja feita uma adaptação dos planos curriculares das formações de base nesses setores. As pessoas trans* e intersexo também são destacadas como as que estão mais expostas a sofrer discriminações, violência e invisibilidade. Os resultados dos inquéritos também demonstraram que a maior parte das pessoas participantes (75%) possuía formação específica na área da violência doméstica, mas que apenas uma parte (36%) havia realizado formações específicas em questões LGBTI+. O estudo conclui que as vulnerabilidades de pessoas LGBTI+ vitimizadas tendem a agravar-se devido às violências e discriminações sofridas em diversos contextos, assim como por conta de questões interseccionais (e.g. etnia, nacionalidade, estatuto migratório, diversidade funcional).

Apesar das limitações inerentes ao cruzamento de estudos produzidos com metodologias e em contextos diferentes, as investigações apresentados nos permitem perceber algumas das questões em comum que são levantadas pelas pessoas profissionais que trabalham no contexto da violência doméstica e nas relações de intimidade, no que se refere ao atendimento da população LGBTI+ e, mais especificamente, das pessoas trans* vitimizadas. A falta de conhecimento e formação especializada em questões LGBTI+ aponta a necessidade de investimentos na capacitação profissional das pessoas que trabalham nessas áreas, assim como o estabelecimento e divulgação de protocolos multiculturalmente competentes. Além disso, os estudos também demonstram uma preocupação com a situação de especial vulnerabilidade em que as pessoas trans* se encontram, e reconhecem as barreiras acrescidas no seu acesso aos serviços de apoio. Dessa forma, e ainda que os estudos apresentados contribuam para o entendimento da realidade de pessoas LGBTI+ vitimizadas, é necessário que sejam realizadas mais investigações que nos permitam conhecer a realidade portuguesa no que se refere ao atendimento de pessoas trans* vitimizadas.

O Presente Estudo

Este estudo, desenvolvido em contexto nacional, tem como objetivo geral reunir junto de pessoas profissionais que atuam na área da violência doméstica, as experiências de atendimento com pessoas trans* vitimizadas, assim como suas percepções acerca do trabalho que está a ser realizado com essa população na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD). Dessa forma, as questões de investigação definidas são:

Q1: Quais são as experiências de atendimento das pessoas profissionais com pessoas trans* vitimizadas por violência doméstica e nas relações de intimidade?

Q2: Quais são as perspectivas das pessoas profissionais acerca do trabalho que está a ser realizado na RNAVVD com essa população?

Para isso, foram definidos como objetivos específicos: 1) Explorar a forma como ocorrem os atendimentos de pessoas trans* nas estruturas da RNAVVD; 2) Identificar as dificuldades e potencialidades desses serviços, assim como possíveis melhorias que possam ir ao encontro das necessidades dessa população; 3) Examinar, junto às pessoas profissionais dos serviços especializados para a população LGBTI+, quais são as boas práticas adotadas nos atendimentos, iniciativas de formação e sensibilização feitas junto à comunidade, e a experiência de articulação com outras estruturas da rede.

Método

Participantes

No total, participaram do estudo oito pessoas profissionais que atuam na área da violência doméstica e nas relações de intimidade. A maior parte (n = 5) atuava em uma estrutura especializada para a população LGBTI+, enquanto as restantes (n = 3) atuavam em serviços generalistas ou especializados no atendimento de outras populações. De forma a garantir que todas as pessoas participantes estavam enquadradas nas finalidades deste estudo, foram adotados como critérios de inclusão: 1) possuir experiência de trabalho no atendimento de pessoas vitimizadas por VD e VRI; 2) possuir experiência no atendimento com pessoas LGBTI+; 3) trabalhar em uma estrutura integrante da RNAVVD. Todas as pessoas que se voluntariaram para participar neste estudo cumpriram os critérios de inclusão e foram incluídas no grupo de pessoas participantes.

Em relação às características sociodemográficas[6], a maior parte das pessoas participantes (n = 7) usava pronomes femininos, e uma pronomes masculinos. A faixa etária variou entre a segunda metade dos vinte anos de vida, e a idade da pré-reforma. Em relação às habilitações profissionais, a maior parte das pessoas entrevistadas (n = 5) tinha como formação

[6] As características do grupo de pessoas participantes não são apresentadas de forma mais detalhada, uma vez que buscou-se preservar a privacidade e anonimato das mesmas, e por não ter sido realizada a recolha sistemática desses dados.

de base a psicologia, uma havia se formado em serviço social, e outras duas possuíam licenciatura em outras áreas (criminologia e estudos culturais) e haviam se especializado em estudos de género. A maioria das pessoas participantes havia concluído o curso de Técnico de Apoio à Vítima (TAV) até a data de realização das entrevistas, com apenas uma tendo relatado que estava ainda a realizar a formação obrigatória. O tempo de atuação na área variava entre as pessoas entrevistadas, com o maior período sendo de 27 anos, e o menor de cerca de 1 ano.

Instrumentos

De modo a concretizar os objetivos definidos para este estudo, optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas, uma vez que permitem a recolha de informações detalhadas e de evidências que refletem a experiência das pessoas participantes, ao mesmo tempo em que possibilitam a flexibilidade e adaptação da pessoa entrevistadora sem que se perca o foco do estudo (Ruslin et al., 2022).

O guião utilizado nas entrevistas (anexo A) foi elaborado em conjunto com uma pessoa profissional que possui experiência no atendimento de pessoas LGBTI+ vitimizadas por VD e VRI, contando também com a supervisão da pessoa orientadora deste estudo. As questões foram organizadas em três blocos temáticos, que incluem: a) a caracterização da experiência profissional e das estruturas de atendimento – com a recolha de informações sobre as pessoas entrevistadas (e.g. formação de base, tempo de atuação na área da VD e VRI), e sobre a estrutura (e.g. modalidades dos apoios prestados, perfil da população atendida, integração da instituição à RNAVVD); b) as experiências de atendimento com pessoas trans* vitimizadas – com a exploração dos contatos das pessoas participantes com casos envolvendo essa população (e.g. experiências de atendimento, necessidades específicas, experiências de articulação com outros serviços) e das práticas institucionais (e.g. boas práticas adotadas, iniciativas de formações internas, iniciativas de formação e sensibilização externas); c) reflexões sobre a RNAVVD e necessidades de mudanças – com a reflexão das pessoas entrevistadas acerca do funcionamento da RNAVVD nos casos envolvendo pessoas trans* vitimizadas (e.g. adequação dos serviços, obstáculos e barreiras nas respostas, necessidades de melhorias) e a identificação de outras mudanças necessárias em contextos sociais alargados.

De forma a assegurar que o guião estivesse elaborado de forma clara e com perguntas orientadoras adequadas aos objetivos do estudo, foram realizadas reuniões com a pessoa orientadora, que permitiram reflexões acerca das temáticas que seriam abordadas, e também a adequação da linguagem que seria utilizada ao longo das entrevistas. Da mesma forma, a reunião com a pessoa profissional que prestou consultoria na elaboração do guião foi essencial

para a identificação dos pontos centrais a serem abordados, uma vez que promoveu *insights* acerca do trabalho que está a ser realizado pelas pessoas técnicas nos serviços de apoio à vítima.

Por fim, antes da fase de recrutamento, foi realizada uma entrevista-piloto com a mesma pessoa que prestou consultoria na elaboração do guião – momento que além de permitir à investigadora familiarizar-se com o processo de entrevista, também serviu como forma de avaliar o funcionamento global do guião. Uma vez que não foram colocadas sugestões de alterações, considerou-se que o mesmo estava adequado para a realização das entrevistas.

Procedimentos

O recrutamento das pessoas participantes envolveu duas formas de amostragem não probabilística – a amostragem intencional, em que foram selecionadas 19 instituições-chave (identificadas através de uma pesquisa no Guia de Recursos na Área da Violência Doméstica, disponibilizado pela CIG), resultando em um total de cinco participações; e a amostragem por conveniência, em que foram identificadas pessoas com as quais a investigadora ou a pessoa orientadora possuíam contactos diretos, resultando nas três participações restantes.

As entrevistas foram conduzidas entre os meses de março e junho de 2025, todas em formato *online* através da plataforma *Google Meets* – devido à preferência e disponibilidade das pessoas participantes. Tiveram uma duração média de 1h, sendo que em um dos casos foi necessário realizar duas entrevistas com a mesma pessoa entrevistada, por ter sido considerado necessário realizar um aprofundamento das questões trabalhadas na primeira entrevista, uma vez que não foi possível abordar todas as questões principais do guião.

No começo de cada entrevista, foi lido e assegurado (através da assinatura do documento) o consentimento informado (anexo B), e também foi dado espaço para que as pessoas entrevistadas informassem à investigadora quais os pronomes pelos quais gostariam de ser tratadas ao longo do processo. Após a conclusão, cada pessoa participante recebeu uma carta de esclarecimento pós-investigação (anexo C), que continha informações mais detalhadas acerca dos objetivos do estudo, bem como os contactos da equipa de investigação e de recursos disponíveis na comunidade. Além disso, as pessoas participantes também tiveram a oportunidade de indicar à investigadora caso tivessem interesse em receber uma devolutiva dos resultados globais do estudo, uma vez que a dissertação estivesse publicada. Todo o conteúdo das entrevistas foi gravado em áudio (com o consentimento da pessoa participante), e também através de algumas notas tomadas pela investigadora.

Análise de Dados e Reflexividade

Os dados recolhidos ao longo das entrevistas foram analisados a partir da adoção do método de Análise Temática conforme proposta por Braun & Clarke (2019), que a definem como uma família de métodos ou um termo guarda-chuva, utilizado para designar diferentes abordagens que buscam identificar padrões (ou temas) em bases de dados qualitativas.

A análise temática segue seis passos principais: 1) familiarização com os dados; 2) geração de códigos iniciais; 3) identificação de potenciais temas; 4) revisão dos temas; 5) definição e nomeação dos temas; e 6) produção do relatório. Os seis passos foram adotados ao longo do processo da análise e escrita dos resultados, de forma a garantir o rigor e a integridade metodológica do estudo.

O tipo de análise temática utilizada foi a abordagem *codebook*, que adota um método estruturado para a codificação, ao mesmo tempo em que permite flexibilidade e reflexão por parte da pessoa pesquisadora (Braun & Clarke). A decisão de utilizar essa abordagem passou pelo reconhecimento de algumas das suas vantagens e de características da própria investigadora, uma vez que torna o processo analítico mais rápido e fornece uma maior estrutura para pessoas com pouca experiência em investigação (Braun et al., 2019).

O processo de análise de dados teve início já no momento das transcrições dos áudios das entrevistas, que – aliado à revisão e leitura ativa das mesmas – tornou possível a familiarização da investigadora com os dados e as falas das pessoas participantes. A partir disso, o processo de codificação foi dividido em duas etapas: 1) em um primeiro momento, foram selecionadas duas entrevistas que foram então codificadas seguindo uma abordagem *bottom up*, ou seja, de forma livre e sem a adoção de uma lista de códigos pré-definidos. Os códigos iniciais foram então revisados em conjunto com a pessoa orientadora, que sugeriu que o processo fosse realizado com mais uma entrevista, de forma a possibilitar o refinamento dos códigos identificados e a criação de um *codebook* com base neste primeiro grupo. Posteriormente, todos os códigos das três entrevistas foram revisados, refinados e organizados em possíveis temas e subtemas, tendo em consideração a sua similaridade, interconexão e diferenças. Para cada uma das três entrevistas, a investigadora produziu uma série de mapas temáticos que foram revisados pela pessoa orientadora – processo que permitiu posteriormente uma maior delimitação e definição de cada tema e subtema, assim como identificar as possíveis interações entre eles.

A partir disso, deu-se início à segunda parte da codificação, em que 2) as cinco entrevistas restantes foram lidas, analisadas e codificadas com base no *codebook* desenvolvido na etapa anterior da análise, seguindo agora uma abordagem *top down* – ou seja, com a utilização dos códigos que foram gerados com base no grupo inicial. Entretanto, vale ressaltar

que também foram gerados novos códigos com base nessas outras entrevistas, uma vez que os conteúdos foram considerados relevantes para os objetivos do estudo e não haviam sido abordados nas entrevistas anteriores. Ao fim do processo de codificação, os temas e subtemas foram então refinados e os novos conteúdos adicionados, resultando em quatro temas finais, que serão abordados na secção dos resultados.

Por fim, um último ponto precisa ser abordado, de forma a trazer uma maior integridade metodológica (Levitt et al., 2017) e promover uma prática reflexiva neste estudo. Ao longo das reuniões com a pessoa orientadora, considerou-se importante que fossem apresentados alguns dos posicionamentos e experiências que possam influenciar a análise e interpretação dos dados recolhidos ao longo das entrevistas.

Dessa forma, considera-se relevante mencionar que a investigadora é uma estudante de psicologia que está a finalizar o seu mestrado na área da justiça e desviância, que identifica-se como uma mulher cis e feminista, e que realizou o seu estágio curricular em uma estrutura de apoio à vítimas de violência doméstica – aspectos que moldaram e influenciaram o processo analítico e reflexivo das análises, uma vez que teve a experiência (apesar de ter sido por um curto período de tempo) de atuar na área e ter contacto direto com casos de pessoas vitimizadas por violência doméstica e nas relações de intimidade, embora nunca tenha realizado ou observado um atendimento com uma pessoa trans* vitimizada.

Tendo em consideração esses aspectos, entende-se que foi de extrema importância que este trabalho tenha sido realizado sob a supervisão e orientação de uma pessoa que possui uma vasta experiência de investigação em temáticas LGBTI+, e que identifica-se como uma pessoa LGBTI+ não-binária; uma vez que trouxe um conjunto de *insights* e momentos de reflexão para a investigadora, que permitiram uma análise mais aprofundada sobre as perspectivas e experiências das pessoas profissionais entrevistadas. Também é importante ressaltar que tanto a investigadora quanto a pessoa orientadora partilham uma abordagem de investigação que está comprometida com os valores da justiça social e feminista.

Considerações Éticas

Um último ponto que precisa ser abordado antes da apresentação dos resultados refere-se às considerações éticas que fizeram parte tanto da elaboração quanto da operacionalização deste estudo; de forma a garantir a integridade, confidencialidade e o anonimato das pessoas profissionais. Em primeiro lugar, todas as entrevistas foram realizadas após ter sido assegurado o consentimento informado das pessoas participantes, que receberam ao início da entrevista a carta de consentimento informado (anexo B) – documento que continha informações relevantes

acerca da natureza do estudo, os critérios de inclusão para as participações, medidas que seriam adotadas de forma a garantir a confidencialidade e anonimato das pessoas participantes, e os contactos da equipa de investigação. Ao fim de cada entrevista, as pessoas participantes também receberam uma carta de esclarecimento pós-investigação (anexo C), em que foram esclarecidos os objetivos específicos do estudo, e também foram fornecidos contactos de algumas estruturas de apoio à vítima e de recursos disponíveis na comunidade, medida que visou divulgar os recursos disponíveis e facilitar o acesso à redes de apoio.

As participações foram de caráter voluntário, sendo garantido o direito de desistência durante qualquer momento do processo, sem que houvesse a necessidade de justificação ou prejuízo à pessoa participante. Também foi dada a possibilidade de solicitar a retirada da participação até duas semanas após a realização da entrevista, bastando que fosse informado à investigadora essa intenção, através dos contactos fornecidos tanto na carta de consentimento informado quanto na carta de esclarecimento pós-investigação. Uma vez que não ocorreram desistências, nem pedidos de retirada das participações, todas as entrevistas foram consideradas válidas. As pessoas participantes também foram informadas de que não eram obrigadas a responder a todas as questões colocadas, podendo optar por não responder a perguntas específicas caso não se sentissem confortáveis em fazê-lo.

As entrevistas foram conduzidas de modo a garantir o bem-estar das pessoas participantes, tendo sido feita uma avaliação prévia dos possíveis riscos associados às suas participações – dado que estas foram realizadas com pessoas profissionais que atuam no atendimento de pessoas vitimizadas, considerou-se que elas possuem preparo e familiaridade com as temáticas abordadas, além de suporte fornecido pelas instituições empregadoras. Dessa forma, os riscos de participação para este estudo foram avaliados como baixos. As entrevistas ocorreram sem momentos de tensão, e as pessoas participantes demonstraram estar confortáveis com suas participações.

De forma a garantir a confidencialidade e o anonimato das pessoas participantes, os ficheiros com os áudios das entrevistas foram armazenados em local seguro, com acesso restrito à investigadora e à pessoa orientadora; e foram eliminados após a conclusão das transcrições. Também foram removidas das transcrições quaisquer informações que fossem passíveis de identificação da pessoa participante e das instituições, tais como nomes e características particulares da fala. Os nomes das pessoas participantes foram substituídos por pseudônimos, e as iniciais dos mesmos foram utilizadas neste trabalho As transcrições também foram armazenadas em local seguro, e serão mantidas por um período de 5 anos após a finalização do estudo e entrega da dissertação.

Por fim, no que se refere à disseminação dos resultados, as pessoas participantes foram informadas sobre a forma como os resultados globais poderiam ser utilizados futuramente, tanto na dissertação, quanto em eventuais publicações futuras (incluindo artigos científicos e em conferências), caso se julgue pertinente e adequado. Não obstante, também foi considerada uma forma de divulgação para a comunidade alargada, através da elaboração de um relatório com linguagem não científica que possa ser divulgado após a conclusão desse estudo.

Resultados

A partir da análise das entrevistas, foram definidos quatro temas de forma a reunir as experiências de atendimento e perspectivas das pessoas profissionais acerca do trabalho que está a ser realizado na RNAVVD, nos casos de pessoas trans* vitimizadas (Figura 1).

O primeiro tema, 1) Atendimentos com Pessoas Trans* Vitimizadas, reúne as experiências das pessoas participantes nos atendimentos com essa população, e inclui: Abordagens Afirmativas e Criação de Espaços Seguros (subtema 1), Trajetórias de Violência de Pessoas Trans* (subtema 2), e Necessidades Específicas e Iniciativas dos Serviços Especializados (subtema 3). O segundo tema, 2) Panorama da RNAVVD, fala sobre as experiências e percepções das pessoas participantes acerca do trabalho realizado na RNAVVD com a população trans*, e inclui: Articulação entre Estruturas (subtema 1), Obstáculos e Limitações da Rede (subtema 2), e Necessidade de Melhorias na Rede (subtema 3). O terceiro tema, 3) Formação Profissional na Área da Violência Doméstica, aborda as percepções das pessoas participantes acerca das formações na área, e inclui: A Formação TAV (subtema 1), e as Formações Específicas em Temáticas LGBTI+ (subtema 2). Por fim, o quarto e último tema, 4) Sugestões de Mudanças Estruturais, se refere a áreas da sociedade alargada em que as pessoas entrevistadas consideram que mudanças são necessária, de forma a combater as estruturas heterocisnormativas.

Ao longo da apresentação dos resultados, as questões ligadas à área da saúde e da habitação foram incluídas em diferentes temas e subtemas. Essa repetição foi intencional, uma vez que buscou refletir como esses dois âmbitos foram abordados de forma transversal pelas pessoas participantes – que mencionam aspectos ligados tanto às trajetórias de violência de pessoas trans*, quanto aos obstáculos e limitações da rede, que reforçam as necessidades dessa população nessas duas áreas. De forma a tornar isso explícito, foram criados dois códigos, que

serão utilizados quando esses aspectos forem abordados: Agravantes da Questão Habitacional (AQH), e Agravantes na Área da Saúde (AAS).

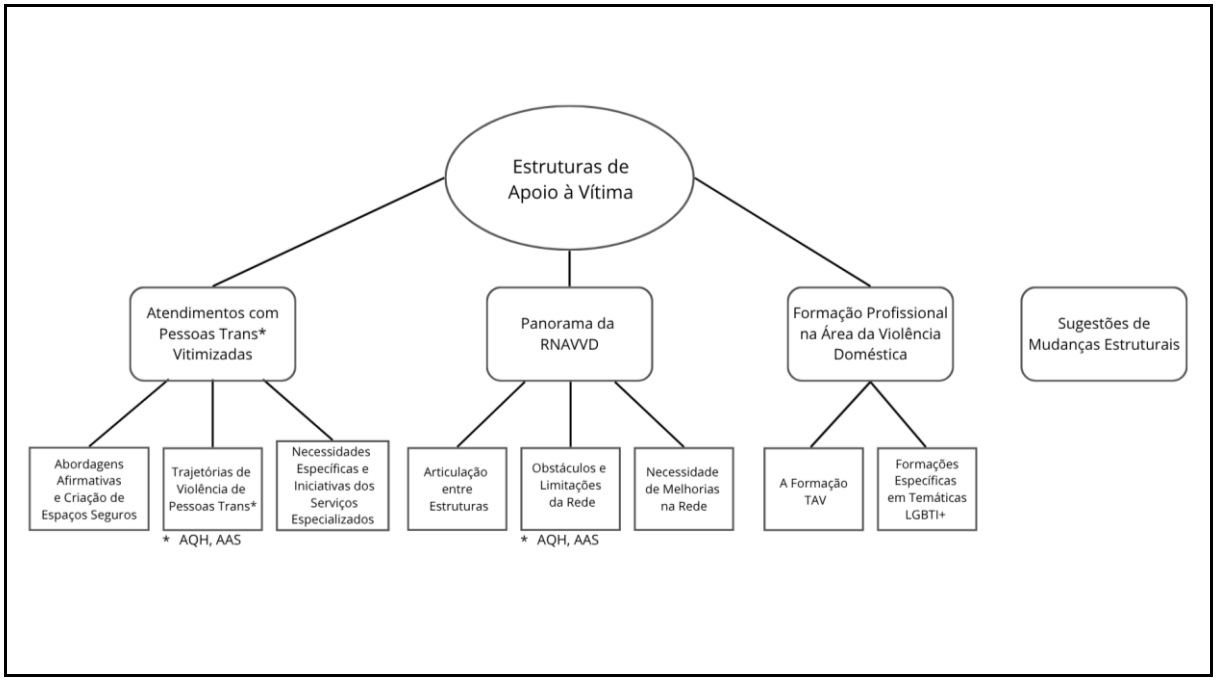


Figura 1. *Mapa temático das percepções e experiências das pessoas profissionais.*

Atendimentos com Pessoas Trans* Vitimizadas

Conforme mencionado acima, o primeiro tema foi definido de forma a reunir os relatos das pessoas participantes, acerca das suas experiências de atendimento com pessoas trans* vitimizadas. Em relação à frequência de contacto com essa população, as pessoas entrevistadas dos serviços especializados referem que, ao longo dos seus percursos profissionais nas instituições, foram realizados diversos atendimentos com pessoas trans*, principalmente jovens. Já no caso das pessoas participantes dos serviços generalistas, duas mencionaram ter realizado um ou mais atendimentos com pessoas trans* no passado, enquanto uma relatou nunca ter tido contacto direto com essa população.

Ao longo das entrevistas, as pessoas participantes abordaram três aspectos principais sobre esses atendimentos, que foram divididos em três subtemas: i) abordagens afirmativas e criação de espaços seguros; ii) trajetórias de violência de pessoas trans*; iii) necessidades específicas e iniciativas dos serviços especializados.

O primeiro subtema (Abordagens Afirmativas e Criação de Espaços Seguros), reúne as percepções das pessoas entrevistadas acerca de boas práticas e aspectos que devem ser tidos em consideração pelas equipas técnicas, de forma a promover o bem-estar e proteção das pessoas

trans* em acompanhamento. Também aborda a necessidade de que as pessoas profissionais nos serviços generalistas saibam avaliar quando os encaminhamentos para estruturas especializadas se torna necessário, e quais são as estratégias utilizadas nesses casos.

O segundo subtema (Trajetórias de Violência de Pessoas Trans*), diz respeito aos contextos e tipologias de violência contra pessoas trans*, que foram identificados pelas pessoas participantes como os mais frequentes nessa população. Foram abordadas questões ligadas à violência familiar e nas relações de intimidade, assim como discriminações e violências praticadas nos serviços essenciais (e.g. saúde, educação, órgãos de polícia).

Por fim, o terceiro subtema (Necessidades Específicas e Iniciativas dos Serviços Especializados), se refere às percepções das pessoas participantes acerca das principais necessidades da população trans* vitimizada, decorrentes das situações de violência e desigualdades estruturais. Também foi abordado algumas das iniciativas que estão a ser promovidas pelos serviços especializados, de modo a dar resposta às principais necessidades.

Abordagens Afirmativas e Criação de Espaços Seguros

Ao longo das entrevistas, foram mencionadas algumas das atitudes e boas práticas que são adotadas pelas pessoas profissionais nos atendimentos com pessoas trans* vitimizadas, de modo a ir ao encontro de suas necessidades e promover um ambiente em que possam se sentir acolhidas e respeitadas. Todas as pessoas participantes identificaram pelo menos três aspectos que consideram como fundamentais para um trabalho mais ajustado com essa população, sendo os mais citados: adequação da linguagem e questionamento dos pronomes e nome social; sensibilização e esclarecimento de dúvidas de familiares e pares; encaminhamento para estruturas especializadas; envolvimento da pessoa no seu processo de acompanhamento; e, por fim, adequação dos espaços das instituições.

De entre os aspectos listados acima, o mais mencionado foi a necessidade de que as pessoas técnicas adequem a linguagem utilizada nos atendimentos, e que façam o devido questionamento dos pronomes e do nome pelo qual a pessoa gostaria de ser tratada, de forma a respeitar o seu direito à autodeterminação e promover a confiança nos serviços. Uma das pessoas dos serviços especializados, inclusive, menciona que essa seria: "a coisa mais básica, que é efetivamente o questionamento dos pronomes e do nome social" (B.; S. especializado). Outra participante reforça que adotar uma linguagem neutra: "às vezes nem é tanto a neutralidade de alterar um 'A' ou um 'O' para um 'E', mas se calhar dizer *pessoa* voluntária [por exemplo]" (D.; S. especializado); e também afirma que as pessoa que trabalham nessa área devem estar abertas a reconhecer quando cometem erros, uma vez que: "não é difícil comunicar,

mas a nossa língua é extremamente genderizada, portanto, mesmo que eu esteja a policiar-me, às vezes há coisas que escapam", sendo importante que consigam pedir desculpas quando isso acontece: "na minha experiência, a verdade é que eu peço imediatamente desculpa e a pessoa aceita [...] é manter esta honestidade, esta vulnerabilidade".

Nos casos que envolvem pessoas trans* menores de idade, as pessoas profissionais dos serviços especializados reforçam algumas das questões que requerem a atenção das pessoas técnicas. Em primeiro lugar, uma delas faz um alerta acerca do cuidado que deve ser tido ao transmitir informações sobre os casos, uma vez que, para além das questões da privacidade, também podem colocar em risco a segurança e bem-estar das crianças e jovens:

> Uma das coisas é que temos que estar sempre a alertar é que não podem e não devem comunicar aos responsáveis legais e aos encarregados de educação que a pessoa é x ou y sem o seu consentimento. É uma questão direta à privacidade, e mais do que isso, arriscam-se a pôr a pessoa, nesse caso, criança ou jovem, em risco ou até mesmo em perigo. Porque a família pode reagir mal. (E.; S. especializado).

A mesma participante também reforça que, ainda que a pessoa jovem dê o seu consentimento para que a informação seja partilhada, isso: "não pode ser feito tipo 'ah, não há problema nenhum, vamos avançar'. Não, não, podem haver problemas, e problemas graves". Dessa forma, por mais que o envolvimento dos pais e responsáveis possa, nas situações de sucesso, constituir: "mais um fator protetor, e algo que vai trazer resiliência para todos os processos que estão a se passar em outros contextos", cada caso deve ser avaliado com cuidado, de forma a garantir que a pessoa jovem atendida não será colocada em uma situação de maior perigo. Outras pessoas participantes também mencionam a importância de que seja feito um trabalho de esclarecimento de dúvidas e desmistificação junto aos pais / às mães e responsáveis, de forma a ajudar a perceber o processo pelo qual a pessoa jovem está passando:

> Nós tentamos sempre dar às pessoas esse espaço só para elas, e também às vezes só para os pais, porque às vezes eles não são apoiantes, ou não respeitam... Não é porque não queiram ajudar os filhos, ou que para eles não faz sentido. Não, é porque não sabem mesmo. E às vezes também desconstruir esta parte com os pais, principalmente em miúdos trans, é muito importante (I.; S. especializado).

As pessoas entrevistadas desses serviços também mencionam que as iniciativas de sensibilização e esclarecimento de dúvidas podem ser realizadas junto a pares e nas escolas, desde que faça sentido para a intervenção, e que o pedido tenha sido feito pela pessoa que está a ser acompanhada na estrutura, uma vez que esse processo: "tem a ver com ela, não é? E pode haver situações em que estamos a criar contextos que não são desejáveis para aquilo que a pessoa quer para si" (E.; S. especializado). Dessa forma, todo esse trabalho passaria essencialmente pela avaliação do contexto em que a pessoa está inserida, quais as necessidades

de intervenção, e quais são os seus desejos e vontades: “parte muito de ler o contexto, perceber se já houve sensibilização, e não deixar nenhum aspecto do sistema onde a pessoa está integrada naquele momento solto” (E.; S. especializado).

Outro aspecto importante, abordado pelas pessoas entrevistadas das estruturas generalistas, diz respeito ao atendimentos de pessoas trans* nesses serviços. As pessoas entrevistadas reforçam que a equipa profissional deve ser capaz de refletir acerca da sua capacidade e dos recursos disponíveis para realizar os atendimentos com essa população; de modo que, caso avaliem que não são capazes de fornecer o serviço de apoio mais adequado, procedam ao encaminhamento para as estruturas especializadas. Conforme menciona uma dessas participantes: “é essa consciência, enquanto profissionais, que devemos ter e que devemos perceber se temos competência para avançar com esse acompanhamento” (L.; S. generalista). Também é reforçado que essa decisão deve ser discutida de forma clara e aberta com a pessoa acompanhada, de forma a possibilitar que ela possa expressar suas vontades, e para que possa tomar uma decisão informada sobre o seu processo de apoio: “sempre pensando no melhor para a pessoa, e sempre dando-lhe a liberdade também de escolha. E isso também é muito importante, a pessoa é parte ativa do seu processo de transformação, de recuperação”. (G; S. generalista).

Uma das pessoas desses serviços relata ainda que, devido à colaboração frequente com uma das estruturas especializadas, o que busca fazer nesses casos é entrar em contacto com uma pessoa técnica da outra estrutura, e pedir que ela vá até o gabinete realizar o primeiro atendimento: “para não ter que estar... Parece que está a ser empurrada. ‘Não é aqui, é acolá’ [...] Atendem no nosso gabinete, depois eles marcam as próximas já no outro lado” (C.; S. generalista). Outra estratégia mencionada seria a colaboração entre estruturas, em que uma pessoa técnica do serviço generalista ficaria responsável por acompanhar o processo-crime, enquanto outra pessoa de um serviço especializado realizaria o processo terapêutico. Dessa forma, de acordo com uma das pessoas entrevistadas: “damos a garantia de que sim, a pessoa vai ser bem acompanhada numa outra entidade, por profissionais que se calhar vão dar a melhor resposta àquela pessoa” (G.; S. generalista).

O último aspecto abordado diz respeito à adequação da comunicação e dos espaços das estruturas de atendimento, de forma não só a atender às necessidades de pessoas trans*, mas também para que essas possam identificar os serviços como estando disponíveis para si. Sobre essa questão, uma das pessoas entrevistadas ressalta a importância de as estruturas: “saberem comunicar que são um local seguro, porque não basta ser, tem que ser percecionado como sendo” (E.; S. especializado), e outra menciona: “que sejam gabinetes que também sejam muito

claros e muito explícitos que vão atender bem pessoas LGBTI+ [...] ou seja, em que as pessoas possam ver 'ok, eu posso ir porque sei que não vou ser discriminado'" (I.; S. especializado). Uma outra pessoa entrevistada reforça que a adequação dos espaços, no sentido de se tornarem mais LGBTI+ *friendly*, vai para além de aspectos decorativos, estando mais ligada à capacitação profissional: "isto não se faz só por termos muitas coisas arco-íris na nossa decoração, mas obviamente pela forma como a equipa vai receber as pessoas" (F.; S. especializado). Por fim, outra pessoa também menciona a questão da adequação das casas de banho: "nós tentamos ao máximo que os nossos espaços e a nossa comunicação seja inclusiva. Nós temos as casas de banho neutras, está indicado em todas as portas que são WC para todos" (D.; S. especializado).

Trajetórias de Violência de Pessoas Trans*

Ao falarem sobre as suas experiências de atendimento nas estruturas de apoio à vítima, a maioria das pessoas profissionais refere que, tal como afirma uma delas: "sem dúvida que as pessoas trans passam aqui por maiores situações de vulnerabilidade" (B.; S. especializado); tanto pelo risco acrescido de sofrerem alguns tipos de violência, quanto pela dificuldade de acesso às redes de suporte – conforme menciona uma das pessoas entrevistadas, que afirma que as pessoas trans* "acabam por sofrer mais tipos de violência, nomeadamente, por exemplo, a violência sexual" (G.; S. generalista), ao mesmo tempo em que apresentam "maiores índices por exemplo de depressão, de taxas de suicídio, porque realmente acabam depois por ser pessoas isoladas".

Sobre os casos de pessoas trans* acompanhadas nas estruturas especializadas, as pessoas desses serviços relatam que a maior parte das situações envolve diferentes tipos de violência que são praticados principalmente pelos familiares, mas que também podem envolver outros contextos, conforme menciona uma delas: "algumas situações com escolas, e depois também vamos tendo um ou outro caso de crimes de ódio ou de discriminação laboral" (E.; S. especializado). Quanto aos casos de violência nas relações de intimidade, as pessoas desses serviços mencionam que, apesar de não ser tão frequente, também são procuradas por pessoas trans* que relatam ser vítimas de violência dentro dos relacionamentos íntimos: "nós vemos mesmo maioritariamente a nível de violência familiar, mas também nos procuram pessoas com violência no namoro ou mesmo conjugal". (B.; S. especializado); tendo uma das pessoas, ao abordar essa questão, alertado que a violência no namoro "é um fenómeno bastante ocultado e pouco falado" (E.; S. especializado).

Em relação à violência familiar, as pessoas entrevistadas mencionam que muitos dos casos atendidos nas estruturas envolvem pessoas trans* jovens que, segundo uma delas: "são

expulsas de casa ainda em tenra idade, portanto, estamos a falar ali a partir dos 16, 17, 18 anos" (F.; S. especializado) – fator que traz consequências a nível da necessidade habitacional dessa população (AQH). As ameaças ou expulsões de casa de fato ocorrem após elas terem revelado a sua identidade de género e/ou sexualidade aos familiares, como é o caso do exemplo a seguir:

> Recordo-me agora, por exemplo, de um caso específico que está connosco, em que a pessoa é uma mulher trans e fez o *coming* out à mãe, que era... Habitava com a mãe, e a mãe disse "espera só até ter 18 anos, porque por agora não posso te expulsa porque és menor de idade, estaria a incorrer num crime, mas espera até teres 18 anos e não metes mais os pés nesta casa" (B., S. especializado).

A mesma também menciona que ocorrem muitos casos envolvendo pessoas trans* jovens cujos/as pais/mães vão contra o seu direito à autodeterminação, proibindo-as de expressar a sua identidade: "muita dessa violência ocorre por parte do desrespeito do nome social, desrespeito dos pronomes, e mesmo *desvalidação* da identidade de género. Ou seja, não permitir sequer que a pessoa tenha uma expressão de género que se enquadra com a sua identidade" (B.; S. especializado), o que faria com que muitas delas tivessem de buscar estratégias para esconder a sua expressão de género dos/as pais/mães: "jovens que têm efetivamente de se esconder e, por exemplo, raparigas trans que levam roupinha na mala para depois na escola se poder vestir. Mas depois os professores alertam os familiares e as coisas acabam por não correr bem" (B., S. especializado). Uma outra pessoa também menciona que o comportamento de proibir a expressão de género das pessoas trans* jovens costuma ocorrer mais por parte das mães:

> As mães também tendem a adquirir aqui com as pessoas trans comportamentos de violência, mas é mais violência psicológica, mais controlo, mais querer manipular como a pessoa se apresenta, como é que se veste. Toda essa imposição que é feita às mulheres cis para terem uma determinada aparência, elas replicam nos filhos. E não é que não agridem fisicamente, mas é essencialmente mais o verbal e o psicológico. (D.; S. especializado).

Um outro ponto que foi abordado pelas pessoas entrevistadas diz respeito à violência sexual praticada contra pessoas trans*. De acordo com uma delas: "temos mais pessoas trans a sofrer violência sexual, quer no contexto de intimidade, quer no contexto familiar (ou fora dele). Mas sobretudo no contexto de intimidade e familiar, do que pessoas cis" (F.; S. especializado). A mesma pessoa também menciona que frequentemente essa violência envolve o que a literatura descreve como violações sexuais corretivas, que têm como intuito: "mudar a orientação sexual ou identidade de género de alguém", e afirma que "infelizmente, são situações que nos chegam com alguma frequência". Ela também menciona algumas das estratégias utilizadas pelas pessoas agressoras, seja nas famílias ou nas relações de intimidade, como forma de ameaçar e manipular a pessoa vitimizada; destacando o *outing*, em que são feitas ameaças

como: “se tu não fizeres x, eu vou dizer a toda gente no teu local de trabalho que tu és trans”. Outro ponto que também foi abordado refere-se ao fenómeno do “duplo armário”, em que pessoas LGBTI+ vitimizadas enfrentam, além das barreiras existentes para pessoas cisgénero/heterossexuais, uma barreira adicional na apresentação das denúncias por medo de terem a sua identidade de género e/ou orientação sexual relevada(s). “Portanto, há aqui uma série de questões que se adensam e que fazem com que as pessoas muitas vezes não reportem ou não peçam ajuda, nem de forma formal, nem informal. Com receio de sair então deste duplo armário” (F.; S. especializado).

Para além das questões ligadas diretamente às experiências de vitimização em contexto familiar e nas relações de intimidade, as pessoas profissionais também chamam a atenção para os episódios de discriminação sofridos por pessoas trans* ao buscarem aceder aos serviços essenciais, como menciona uma delas: “por exemplo, no contacto com a saúde, com a educação, com os órgãos de polícia criminal, com a justiça [...] há uma série de desafios que não se colocam com a mesma frequência para as pessoas cis ” (F.; S. especializado).

Em relação às situações envolvendo os órgãos de polícia, uma das pessoas entrevistadas menciona que ao acompanhar pessoas trans* para a apresentação da denúncia, já se deparou com situações que demonstravam: “muita dificuldade no trato humano, há muito desrespeito. Às vezes por inocência, nem sempre por mal. Às vezes... Por mal, pronto” (B.; S. especializado). Também refere que parte dessa dificuldade se dá pela falta de entendimento das pessoas nas esquadras sobre a violência praticada contra pessoas trans*, principalmente no tocante da violência familiar:

> Existe muito esta questão de ‘ah, mas se calhar tua mãe só está assim porque não percebe bem. Se calhar tu também não estás a facilitar. Se calhar agora que estás a falar aqui destas questões dos pronomes, mas isto também não é uma forma de violência, só porque não respeita os teus pronomes; só porque diz ou grita contigo a dizer determinadas coisas’, que são claramente transfóbicas [...] há falta de compreensão também deste tipo de violência. (B.; S. especializado).

Outra pessoa menciona que já ouviu relatos de uma das pessoas trans* que estava em acompanhamento, que lhe dizia: “que se sentia julgada, dizia que sentia vergonha até. Ela dizia ‘eu não tenho motivo nenhum para sentir vergonha, mas eles fazem-me sentir que eu tenho que ter vergonha da pessoa que eu sou’” (G.; S. generalista).

A saúde também é mencionada pelas pessoas profissionais como um dos contextos em que as pessoas trans* mais sofrem com discriminações e más práticas profissionais; o que aumenta a dificuldade de acesso dessa população nessa área (AAS). Uma das pessoas entrevistadas refere que “os profissionais parecem que às vezes não têm muita paciência para

responder algumas perguntas" (I.; S. especializado), e que muitas pessoas trans* atendidas demonstram medo de "como é que vão ser aceites nestes serviços, ou se há este espaço para eles perceberem qual é que é a sua identidade de género, ou se tem que ser tudo muito apressado". Outra pessoa entrevistada fala sobre um caso de discriminação, em que uma mulher trans que estava a ser acompanhada pela instituição foi vítima de agressões motivadas por transfobia, e que ao ser encaminhada para um hospital:

> O médico achou por bem dizer-lhe "ah, eu sou gay, eu também para chegar aqui passei por muito. Se tu não estás capacitada para passar por isso, então não te vistas dessa forma, porque tás a por-te à jeito" [...] Isso seria ok dizer a uma mulher cis, hétero? (D.; S. especializado).

Por fim, as pessoas profissionais também mencionam casos de discriminações nas escolas, em "que a maior parte das situações já não é tanto situações entre pares, embora ainda ocorra. É da comunidade adulta, ou seja, direção, formação, docentes, assistentes operacionais... Portanto, pessoas que estão ali com um papel diferenciado" (E.; S. especializado). Uma das pessoas entrevistadas refere ainda que "as escolas nem sempre estão preparadas para fazer o respeito dos pronomes e do nome social, já aconteceu e acontece de termos de ir às escolas falar com as direções e fazer este tipo de sensibilização" (B.; S. especializado).

Necessidades Específicas e Iniciativas dos Serviços Especializados

De todas as necessidades identificadas nos casos de pessoas trans* vitimizadas, aquela que aparece de forma mais marcada no discurso das pessoas profissionais refere-se à questão da habitação. As pessoas entrevistadas dos serviços especializados mencionam que atendem "muitas pessoas que procuram apoio habitacional, porque infelizmente existe muita discriminação e muita violência familiar devido à pessoa pertencer à comunidade" (B,. S. especializado). Apesar de não se tratar de um fenómeno que afeta apenas essa população, uma vez que "vivemos atualmente uma crise brutal em termos da existência da habitação adequada e a preços também acessíveis [...] para aquilo que, enfim, um português médio oferece" (L.; S. generalista), as pessoas entrevistadas apontam fatores que fazem com que essa problemática seja sentida de formas e em proporções diferentes pelas pessoas trans* vitimizadas (AQH).

A dificuldade de acesso à moradia está relacionada com outra questão, que também foi identificada pelas pessoas profissionais como uma das grandes necessidades dessa população: o apoio no acesso ao mercado de trabalho. Uma das pessoas entrevistadas, ao abordar essa questão, menciona que existe "uma série de pessoas trans que estão em situação de sem-abrigo que estão a realizar trabalho sexual não porque querem, mas porque efetivamente não

encontram nenhuma resposta ao nível da integração profissional no mercado laboral formal" (F.; S. especializado). Outra pessoa entrevistada também fala sobre essas dificuldades acrescidas tanto no acesso à moradia quanto no acesso à empregabilidade, mencionando que:

> Uma pessoa não é só vítima em casa, uma pessoa trans é vítima quando procura uma habitação e se calhar apresenta-se como Raquel, e no cartão de cidadão chama-se Francisco. É vítima de discriminação no acesso ao trabalho, acontece a mesma coisa com os documentos; ou quando chega vestida de mulher e a pessoa vê um bocadinho de barba (D.; S. especializado)

É tendo em consideração essas duas necessidades específicas e interdependentes que as pessoas profissionais dos serviços especializados mencionam iniciativas, que foram pensadas de forma a colmatar algumas das dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans* nessas áreas: as redes de empregabilidade, e os apartamentos de autonomização. Em relação aos apartamentos, as pessoas participantes mencionam que esses são direcionados principalmente para a população LGBTI+ jovem, e que têm sido um recurso importante para atender às necessidades habitacionais da população trans* vitimizada. Uma das pessoas entrevistadas menciona que os apartamentos têm como intuito "dar apoio às pessoas para saírem da situação de violência, ou se já foram postas fora daquele contexto, tenham meios [de se autonomizar]" (E.; especializado). Também refere que, nos casos de pessoas trans* jovens:

> Tem conta que é uma faixa etária muito particular, e que já são vistos legalmente como pessoas maiores de idade, mas na realidade ainda são jovens que não sabem ou não têm a experiência de gerir sua própria vida e cuidar de si; portanto, ainda são dependentes. Portanto, o nosso apoio é muito primeiro para a reestruturação emocional, porque muitas vezes este momento de violência ou de crise é desestabilizador [...] E depois o que nós procuramos é desenhar um projeto de vida, e o projeto de vida pode ser arranjar um emprego, depois arranjar um quarto ou uma casa onde viver, ou então continuar o estudo. (E.; S. especializado).

Da mesma forma como acontece com os apoios na autonomização, as pessoas profissionais dos serviços especializados também mencionam os recursos das instituições que procuram auxiliar as pessoas trans* no acesso aos serviços de saúde – que é outra necessidade identificada para essa população. Uma das pessoas entrevistadas menciona que a estrutura em que atua oferece, para além dos apoios comuns de uma estrutura de apoio à vítima generalista (e.g. social, psicológico, jurídico), serviços que visam atender às necessidades específicas das pessoas trans*:

> Também temos consultas de endocrinologia para pessoas trans ou pessoas não-binárias que procurem estes serviços, no sentido de dar aqui alguma resposta alternativa às lacunas que existem no Sistema Nacional de Saúde. Obviamente que não nos substituímos à dimensão do Sistema Nacional de Saúde, porque efetivamente somos uma ONG e temos muitas limitações nesse sentido, mas permite agilizar aqui uma série de questões. (F., S. especializado).

Uma outra pessoa entrevistada relata que na estrutura em que trabalha foi criada "uma bolsa que serve para pagar consultas principalmente de psiquiatria e pedopsiquiatria, mas não só. Portanto, se houver verba, também [é] dado para a psicologia" (E.,, S. especializado). A bolsa é financiada através das consultas pagas que são realizadas na clínica social da instituição, e permite o trabalho em colaboração com uma rede externa de pessoas profissionais, sendo "mais uma vertente de aproximar a população de profissionais que têm preparação e sensibilidade para a temática, e ao mesmo tempo mitigar a impossibilidade às vezes de acesso à saúde mental também por falta de recursos financeiros" (AAS).

Panorama da RNAVVD

O segundo tema reúne as percepções e experiências das pessoas entrevistadas acerca do funcionamento da RNAVVD, com enfoque no trabalho que está a ser realizado nos casos de pessoas trans* vitimizadas. Este tema está subdividido em três partes: i) articulação entre estruturas, ii) obstáculos e limitações da rede, e iii) necessidade de melhorias na rede. Vale ressaltar que todas as pessoas entrevistadas atuavam em estruturas localizadas em grandes centros urbanos, como Porto e Lisboa.

O primeiro subtema (Articulação entre Estruturas), reúne as experiências das pessoas profissionais na articulação com outras estruturas e serviços ligados à RNAVVD. Nele, são mencionados alguns fatores que facilitam a colaboração com os diferentes serviços, como a proximidade e experiências prévias de articulação com instituições específicas. Também são abordadas fatores que dificultam esse trabalho, nomeadamente a falta de conhecimento por parte de pessoas técnicas acerca das especificidades de pessoas trans*, e atitudes discriminatórias contra essa população.

O segundo subtema (Obstáculos e Limitações da Rede), aborda aspectos percepcionados pelas pessoas participantes como fatores que dificultam o acesso de pessoas trans* aos serviços de apoio que necessitam. Nele, são mencionados os impactos de problemas sociais abrangentes (e.g. crise habitacional) na capacidade de resposta das estruturas, assim como questões internas da RNAVVD que dificultam o trabalho com essa população.

Por fim, o terceiro subtema (Necessidade de Melhorias na Rede), reúne as propostas de mudanças identificadas pelas pessoas participantes, a partir dos obstáculos mencionados no subtema anterior. Dessa forma, os pontos abordados nesse subtema são percepcionados como cruciais pelas pessoas participantes, para que as pessoas trans* tenham suas necessidades mais bem atendidas pelos serviços da RNAVVD; incluindo: atualização das formações obrigatórias,

criação de novas estruturas especializadas e capacitação dos serviços generalistas, discussão acerca dos serviços de acolhimento, e uma abordagem mais interseccional.

Articulação entre Estruturas

Durantes as entrevistas, todas as pessoas participantes falaram sobre as suas experiências de articulação com outras estruturas de apoio à vítima da RNAVVD, mencionando que ao longo do seu percurso profissional se depararam tanto com situações em que essas articulações ocorriam de forma eficaz, quanto com outras em que eram encontradas algumas dificuldades, principalmente na obtenção de respostas para os casos de pessoas trans* que estavam a ser acompanhados pelos serviços. Entretanto, de uma forma geral, as pessoas profissionais mencionam que "quando temos que articular com outras entidades, sejam elas LGBTI ou não, a articulação costuma ser bastante tranquila" (F.; S. especializado).

No que tange às boas experiências de articulação, algumas das pessoas entrevistadas mencionam que tanto a proximidade quanto as experiências anteriores de colaboração entre estruturas fazem com que as articulações ocorram de forma mais facilitada, afirmando que "com algumas entidades com quem nós já temos aqui alguma ligação, digamos assim, dos anos de trabalho em conjunto, a articulação acaba por ser célebre e bastante descomplicada" (G.; S. generalista). Também é mencionado por uma das pessoas profissionais que os contatos muitas vezes são feitos "até para técnicos e técnicas específicas, numa tentativa até de agilizar um contato mais rápido" (F.; S. especializado).

Uma das pessoas entrevistadas reconhece que "tirando um cadinho essas entidades [especializadas LGBTI+], e se calhar outras entidades com quem nós articulamos mais, há entidades que por exemplo eu sei que não encaminharia [se referindo aos casos de pessoas trans*]" (G.; S. generalista). Uma outra pessoa profissional também menciona que "nós sabemos mais ou menos quais são as entidades que não aceitam, e sabemos aquelas que aceitam [em relação à integração de pessoas trans* em casas-abrigo], mas ninguém fala abertamente sobre isso" (E.; S. especializado), também afirmando que "não há conflito aberto, não há perigo. As instituições e as pessoas não viram as costas, mas sabemos que há bloqueios".

Algumas pessoas entrevistadas – especialmente aquelas que trabalham nos serviços especializados para a população LGBTI+ - mencionam que já se depararam com alguns casos que demonstravam despreparo e desconhecimento por parte de pessoas técnicas sobre as especificidades e trajetórias de pessoas trans*. Sobre essa questão, uma das pessoas profissionais menciona "sentimos ainda que, fora das estruturas específicas para as pessoas LGBTI, existe ainda bastante desinformação e até algum preconceito em determinadas

situações" (F.; S. especializado). Outra pessoa entrevistada relata que muitas das vezes, ao realizarem articulações com as estruturas generalistas, deparam-se com muitas dúvidas por parte das pessoas técnicas, que não sabem ao certo onde alocar pessoas trans* que precisam ser integradas em outros serviços: "nós explicamos, ou é uma mulher trans, ou um homem trans, por isso sente-se confortável colocado com pessoas da mesma identidade de género [...] sentimos aqui verbalmente muito receio de 'ah, ok, como é que vamos fazer a nível desta questão?'" (B.; S. especializado). Um dos exemplos dessa dificuldade é posto por outra pessoa profissional, que relata que ao ser contactada por outra estrutura para o acompanhamento de uma pessoa trans*, foi confrontada com uma dificuldade por parte da outra pessoa técnica, que lhe dizia que:

> "ela é mulher, mas ainda não é mulher". E eu fiquei... "Ahn?". Portanto, já do outro lado vinha aqui um desconhecimento muito grande, não é? Eu disse: "sim, mas nós acompanhamos", e ela: "mas ela é homem, não mudou o nome nem nada". E eu: "mas é uma mulher, certo? Portanto, identifica-se como mulher", e ela: "sim". "Então sim, pode ser acompanhada na nossa estrutura, claro, isso não será um problema" (G.; S. generalista).

Outra pessoa profissional também menciona casos em que são feitas perguntas: "de índole questionável" (F.; S. especializado) por parte das pessoas técnicas: "no sentido de, por exemplo, questionarem se uma determinada pessoa trans já realizou a cirurgia de afirmação de género ou não"; reforçando que esta informação "não altera a identidade de género da pessoa, não altera quem ela é, não altera a necessidade dela enquanto vítima de ser acolhida, por exemplo, numa estrutura".

Por fim, uma outra pessoa entrevistada relata que "às vezes há algumas instituições que não respeitam algumas características de algumas pessoas utentes nossas, nomeadamente, por exemplo em pessoas trans, o nome social e os pronomes também" (I., S. especializado); esta participante também menciona que na maior parte das vezes "não é que desrespeitem as pessoas, mas não têm conhecimento para. Então não fazem por mal, mas fazem, pronto". A mesma pessoa fala sobre um exemplo de uma dessas situações, em que ao realizar uma articulação com outra pessoa técnica:

> do lado de lá estava a usar o nome legal da pessoa e a tratá-la, por exemplo, no masculino ou feminino, que não são os pronomes da pessoa. E eu deste lado estava a falar sobre a pessoa com o nome social dela, pelos pronomes certos. Então parecia um bocado conversa de malucos, não é? "Ah, o João não sei o que", "pois a Maria, sim senhor, não sei o que". Parecia que estávamos a falar de pessoas diferentes e coisas diferentes (I.; S. especializado).

Obstáculos e Limitações da Rede

Ao falarem sobre as suas experiências de trabalho nas estruturas de apoio à vítima, as pessoas participantes identificam fatores que constituem obstáculos para os atendimentos das pessoas vitimizadas. Um ponto que foi abordado pela maior parte das pessoas entrevistadas refere-se aos problemas que estão a ser sentidos por muitas das estruturas da rede, que de acordo com uma das pessoas entrevistadas, enfrentam "dificuldades eu não diria propriamente na articulação com outros profissionais ou com outras entidades, mas dificuldades associadas a questões mais estruturais, mais macrossociais" (L.; S. generalista). Muitas dessas dificuldades estão ligadas ao elevado número de pedidos de apoio e a decorrente sobrecarga dos serviços, que se encontram, segundo outra pessoa entrevistada, com "muitas pessoas com as quais não conseguimos responder, nem conseguimos orientar para mais instituições, porque não há mesmo capacidade de resposta" (B.; S. especializado).

Conforme o mencionado anteriormente, muitos dos casos de pessoas trans* vitimizadas envolvem a necessidade de apoio social no acesso aos serviços de saúde e habitação, que correspondem com as áreas em que as pessoas profissionais relatam sentir maiores dificuldades em obter respostas efetivas por parte de outros serviços (AQH; AAS). Ao falar sobre as tentativas de articulação com os serviços de saúde, por exemplo, uma das pessoas entrevistadas fala sobre as dificuldades que tem tido em conseguir que as pessoas atendidas na instituição tenham acesso a esses serviços, principalmente na especialidade de psiquiatria (AAS):

> Nós podemos fazer o encaminhamento, mas depois a resposta demora muito tempo, ou às vezes a chamada não nos é devolvida, o e-mail não é respondido. Compreendemos que do outro lado haja mesmo muito, muito trabalho. Mas acaba por ser um serviço que a maior parte das utentes necessita aqui de ajuda e apoio, e também nos ajuda muito. (G.; S. generalista)

No que se refere à questão do apoio habitacional, a maior parte das pessoas entrevistadas relata que esse tem sido o âmbito em que se deparam com os maiores entraves, devido à crise habitacional que está a ser vivenciada em Portugal, e o elevado número de pedidos de apoio nessa área (AQH). Uma das pessoas entrevistadas, ao falar sobre essa questão, reconhece que: "nesse caso, independente da articulação que possa ser feita, nós dificilmente vamos ultrapassar essa dificuldade, porque está além do controlo de qualquer outra entidade com a qual nós possamos colaborar" (L.; S. generalista). Outra pessoa entrevistada também aborda a questão das dificuldades no apoio habitacional, e menciona como a crise tem também afetado as respostas de acolhimento da rede:

> Toda esta dificuldade que há na habitação de forma geral, para todas as pessoas no país, portanto, que não têm resposta para tanta necessidade [...] Isto obviamente reflete-se nos problemas da habitação social em particular, e depois mais em específico também nas

> estruturas de acolhimento, seja ele de emergência ou de casa-abrigo para vítimas. (F.; S. especializado).

Para além dessas duas questões, que acabam por afetar as pessoas vitimizadas de forma geral, as pessoas entrevistadas também abordam aspectos que dificultam os atendimentos de pessoas trans* de formas mais específicas – como é o caso da falta de formação especializada em questões LGBTI+ por boa parte das pessoas técnicas dos serviços generalistas, o pequeno número de estruturas especializadas para a população LGBTI+, e as dificuldades encontradas especialmente nas tentativas de integração de pessoas trans* em serviços de acolhimento. Ao falarem sobre a primeira questão, as pessoas entrevistadas mencionam que, mesmo que estejam buscando fazer o seu melhor durante os atendimentos, muitas das pessoas técnicas dos serviços generalistas não possuem o preparo ou sensibilidade necessários para atender às necessidades das pessoas trans* que buscam apoio junto às estruturas; tal como foi abordado por uma das pessoas entrevistas:

> Nós recebemos muitas pessoas que dizem-nos que já vieram de outras instituições e que sentem que efetivamente, mesmo que haja aqui um respeito, por exemplo do nome social, depois não há o respeito das necessidades reais que uma pessoa trans, por exemplo, tem, que é diferente de uma pessoa cis (B.; S. especializado).

A mesma pessoa também afirma que "por um lado é compreensível a falta de conhecimento dos profissionais sobre a identidade de género e estas temáticas" (A.; S. especializado), uma vez que não receberam o treinamento apropriado para tal e, conforme o dito por outra pessoa entrevistada, "não podem saber aquilo que não sabem, aquilo que não tiveram a oportunidade de aprender, que não receberam formação para tal" (E.; S. especializado). Apesar desse reconhecimento pela maior parte das pessoas entrevistadas, elas também relatam que nas situações em que se torna necessário realizar encaminhamentos para outras estruturas, muitas vezes sentem que estão a depender da "sorte" de encontrar pessoas profissionais devidamente habilitadas para lidar com os casos de pessoas trans*. Sobre essa questão, uma das pessoas entrevistadas menciona que:

> Isso no sentido de se terá aqui formação e informação acerca dessas questões, se consegue policiar-se no sentido dos preconceitos ou dos estereótipos que possa ter, é... De adaptar uma linguagem inclusiva, de utilizar os pronomes corretos, utilizar o nome social ou o nome da pessoa e não o *deadname*, entre várias outras coisas. (F.; S. especializado).

Uma das pessoas dos serviços especializados também afirma que a maior parte das situações desse tipo ocorrem pela falta de formação e familiarização das pessoas técnicas com essas temáticas. Entretanto, ela também reconhece que existem outras situações em que as pessoas técnicas dos serviços generalistas desrespeitam de forma reiterada a autodeterminação

da pessoa que busca apoio da instituição, mesmo quando há um esforço do outro lado de conscientizá-las para essas questões:

> Quando nos referimos à pessoa, usamos o nome social da pessoa, os pronomes que a pessoa quer. Eles do lado de lá me têm só a chamar pelo nome legal, com os pronomes que não são corretos, mesmo em e-mails ou por aí fora. Isso acontece. (I.; S. especializado)

Dessa forma, a maior parte das pessoas entrevistadas afirma que ainda existe muita desinformação acerca da intervenção com pessoas trans* vitimizadas, e mesmo situações de discriminação que levam à revitimização dessas pessoas. Esse cenário gera também um outro problema no que diz respeito à busca por apoio por parte dessa população, conforme o mencionado por uma das pessoas dos serviços especializados, que relata a existência de "uma questão aqui de raiz: as pessoas têm medo de pedir ajuda às respostas gerais" (E.; S. especializado), também afirmando que: "não é uma coisa banal, 'ai, vou numa instituição'. Não. 'Eu vou numa instituição, arrisco-me a ser maltratada, arrisco-me a que não me ajudem, e arrisco-me ainda é que a situação piore para mim'. É o que muitas pessoas pensam". Outra pessoa dos serviços especializados também menciona que, devido ao medo de sofrerem discriminações nas outras estruturas, muitas vezes essas pessoas acabam "por ter de procurar instituições específicas, e depois essas instituições específicas não têm possibilidade de dar resposta a tanta gente" (B.; S. especializado), uma vez que, segundo outra pessoa entrevistada "depois também por serem poucos [centros especializados] acabamos também por ter uma equipa que também depois não vai conseguir dar resposta se vier um elevado número de situações [...] não são equipas muito, muito grandes" (G.; S. generalista).

Nesse sentido, entramos no segundo ponto mais mencionado pelas pessoas entrevistadas em relação aos obstáculos nos atendimentos de pessoas trans* na RNAVVD, que diz respeito ao número de estruturas especializadas, e a concentração das mesmas em grandes cidades do país. Sobre essa questão, uma das pessoas dos serviços generalistas refere que: "muitas vezes os serviços especializados estão centralizados nas grandes cidades e, portanto, depois pessoas de outras zonas do país não conseguem aceder a estes centros de atendimento especializados, pelo menos num formato presencial" (G.; S. generalista). As pessoas entrevistadas também falam sobre os obstáculos acrescidos para as pessoas trans* que residem fora das grandes cidades, uma vez que, tal como foi mencionado por uma delas: "como há um estigma muito grande, há muitas pessoas que tem também por um lado mais dificuldade de pedir ajuda, porque estão num meio pequeno e depois toda a gente pode ficar sabendo" (R.; S. especializado), assim, de acordo com outra pessoa entrevistada, "uma vítima trans que seja de um meio mais rural

pode ter vergonha, porque pode ter poucas possibilidades de se deslocar a um sítio onde existe um atendimento dessa natureza [referindo-se aos serviços especializados]" (C.; S. generalista).

Por fim, o terceiro aspecto levantado pelas pessoas profissionais refere-se à dificuldade encontrada nos casos em que se torna necessário realizar a integração de pessoas trans* em respostas de acolhimento. As pessoas entrevistadas mencionam que, para além de só existir uma única resposta de acolhimento de emergência para pessoas LGBTI+ em Portugal, muitas das outras estruturas generalistas não acolhem pessoas trans*. Sobre esse assunto, uma das pessoas entrevistadas menciona que, caso uma pessoa técnica "decidir encaminhar uma vítima trans para uma casa-abrigo, por exemplo, uma casa-abrigo seja qual for, vai ter uma dificuldade. Ainda hoje em dia tem. Ninguém vai aceitar" (C.; S. generalista). Essa questão consiste em um grande entrave nessa área, principalmente tendo em consideração o número de pessoas trans* que precisam recorrer a esse tipo de apoio, e o número limitado de vagas da resposta de emergência especializada para a população LGBTI+.

Ao falar sobre os casos em que havia a necessidade de realizar integrações de mulheres trans* em estruturas de acolhimento, uma das pessoas profissionais dos serviços especializados menciona que já houve situações em que as utentes se recusaram a acionar a Linha Nacional de Emergência Social (que presta apoio nas integrações), dizendo que não o faziam '"porque eles põem-me depois num abrigo que é para homens, e eu não quero ir', ou 'isso já aconteceu, e eu também não vou ligar novamente, porque eu não quero que isso volte a acontecer'" (I.; S. especializado). Outra pessoa entrevistada também menciona exemplos de integrações de pessoas trans* jovens, que demonstram esforço por parte das pessoas técnicas em atender às necessidades dessa população, apesar de também revelarem dificuldades: "houve uma sensibilidade 'ok, és uma pessoa trans, não te vamos colocar nem com o sexo masculino, nem com o sexo feminino. Vamos colocar na ala, por exemplo, uma mulher trans, vamos colocar na ala masculina, mas num quarto individual'" (B.; S. especializado), mas que: "depois o resto partilhado vai ter de ser efetivamente com o sexo masculino, apesar de ser uma mulher trans".

Outro ponto abordado pelas pessoas entrevistadas dos serviços especializados diz respeito àquilo que uma das pessoas profissionais menciona como "a maior dificuldade para mim, e acontece um bocadinho mais significativamente com a população trans, em particular mulheres, são as questões de saúde mental grave. Porque essas pessoas não se conseguem manter em nenhuma resposta que seja" (E.; S. especializado). Ao falar sobre essa questão, uma outra pessoa entrevistada relata um exemplo de um caso que demonstra as dificuldades enfrentadas nas tentativas de integrar a população trans* com essa especificidade:

> Do ponto de vista institucional, esta pessoa esgotou as opções. Foi encaminhada para a única resposta especializada LGBTI, não correu bem, foi encaminhada para outra solução de acolhimento, não correu bem [...] as instituições não estão prontas para essas pessoas, que tenham esta interseccionalidade e estes fatores tão pesados de exclusão. (D.; S. especializado)

Necessidade de Melhorias na Rede

No que se refere às necessidades de mudanças e propostas de melhorias na RNAVVD, as pessoas profissionais identificaram uma série de questões que precisam ser trabalhadas de forma a tornar os serviços mais inclusivos e capacitados para intervir junto à população trans* vitimizada. Em primeiro lugar, a maior parte das pessoas participantes reforça a necessidade de que as formações específicas em intervenções com a população LGBTI+ sejam obrigatórias para todas as pessoas que atuam nos serviços da rede: "tem que ser algo obrigatório, quem está nos serviços de atendimento à vítima devia ter formações nessas temáticas, porque podem aparecer pessoas realmente, por exemplo, trans nos atendimentos. E a pessoa tem que ter, lá está, o mínimo" (G.; S. generalista). Outra pessoa também menciona a importância de que as formações para pessoas que já integram os serviços sejam atualizadas:

> Porque ok, faz o curso quando queres integrar o serviço, mas as coisas vão mudando, as leis vão mudando, o mundo vai mudando. E seria bom que pelo menos a rede conseguisse programar... Vá, momentos de formação específicos para essas alterações, para faz um *refresh* de conhecimentos. (D.; S. especializado)

Em relação ao número de estruturas especializadas para a população LGBTI+ e a capacidade de resposta das mesmas, algumas das pessoas profissionais reforçam a necessidade de que sejam criadas mais respostas desse tipo: "acho que é isso, é a criação de mais respostas, por exemplo, mais casas de emergência para a população LGBTI+ [...] e descentralizar os serviços também" (I.; S. especializado); tendo uma das pessoas entrevistadas mencionado que: "isso é algo que nós temos batalhado muito na rede, que é: há muitos centros de atendimento, de apoio à vítima. Há muitos, e mesmo assim não são suficientes [...] depois especializados em determinadas temáticas é que são poucos" (G.; S. generalista).

Por outro lado, uma parte das pessoas entrevistadas mencionam que o foco deveria estar em capacitar as estruturas generalistas para realizar esses atendimentos, tal como é mencionado pela pessoa a seguir: "eu acho que não deveria haver estruturas especializadas, deveria haver sim em cada uma das estruturas um técnico ou dois capacitados, ou todos. Não podendo estar todos, estar um ou dois capacitados, e assim poderíamos ter uma maior abrangência nacional" (C.; S. generalista). Uma outra pessoa entrevistada menciona que as estruturas especializadas deveriam funcionar como uma forma de dar resposta às necessidades das pessoas LGBTI+ enquanto a rede não se encontrar capacitada para fazê-lo, mas que não seriam uma solução a

longo prazo. O ideal, segundo ela, seria que as estruturas especializadas prestassem apoio em situações mais complexas, e que as estruturas generalistas estivessem habilitadas para atender as situações mais recorrentes:

> Nós nesse momento só funcionamos como uma bengala, uma forma de colmatar uma situação que ainda não está no ponto ideal, que é: a longo prazo, qualquer pessoa que vá pedir ajuda em qualquer lugar, no mínimo... As pessoas até podem ter as suas opiniões pessoais e as suas crenças, mas que a pessoa vai ser tratada corretamente e vai ter ativadas as respostas e os recursos que precisa para a sua situação, e que vai estar protegida e salvaguardada. (E.; S. especializado)

Em relação às estruturas de acolhimento, as pessoas entrevistadas reforçam a necessidade de que sejam pensadas soluções para dar resposta às necessidades de pessoas trans* que precisam ser integradas em casas-abrigo e casas de emergência; seja pela criação de novas estruturas especializadas, ou pela adaptação das estruturas existentes, de forma a que possam acolher essa população: "é responsabilidade da rede se calhar garantir que, ou há mais casas especializadas para pessoas LGBTI, pronto, nesse momento temos apenas uma, ou que há equipas formadas noutras casas" (D.; S. especializado). Outra pessoa também diz que "as casas-abrigo deveriam ser transversais, portanto, para qualquer pessoa que lá quisesse, que fosse necessário integrar. A verdade é que não é esse o caso, ainda continuamos a colocar nas caixinhas, esses são aqui, aqueles são acolá" (C.; S. generalista). Uma das pessoas, entretanto, ressalta que a maior necessidade é que sejam discutidas essas temáticas entre as estruturas, de forma a que possam pensar em soluções efetivas e que possam realmente ser implementadas:

> Há questões de fundo muito importantes de serem conversadas, e eu não sou nada apologista que se façam neste tipo de coisas também medidas de cima para baixo, sem explicar às pessoas porquê, ou sem lhes dar a oportunidade de serem ouvidas [...] Eu não estou a dizer que vai resolver, mas eu acho que se nós conseguirmos discutir em conjunto as problemáticas e as dificuldades, e depois num sentido de dizer "mas então como é que vamos resolver isto? O que é que podemos fazer?". É muito mais produtivo. (E.; S. especializado)

Por fim, um último aspecto que foi abordado por parte das pessoas entrevistadas diz respeito à necessidade de que as respostas da rede tenham em consideração as interseccionalidades das pessoas vitimizadas: "é compreender que a vítima não é só um padrão, não é só a mulher cis branca também. Também sentimos muito isso, muita desvalorização de pessoas, por exemplo, negras. Mulheres negras não são tão ouvidas" (B.; S. especializado).

Formação Profissional na Área da Violência Doméstica

O terceiro tema reúne as experiências e percepções das pessoas participantes acerca das formações realizadas na área da violência doméstica, assim como das especializadas em

temáticas LGBTI+. Foram definidos dois subtemas: i) a formação TAV, e ii) Formações Específicas em Temáticas LGBTI+.

No primeiro subtema, (A Formação TAV) discute-se o modo como a formação TAV tem incluído ou não as especificidades de intervenção junto às pessoas trans* vitimizadas, e a necessidade de que esses temas sejam mais aprofundados nas formações obrigatórias.

No segundo subtema (Formações Específicas em Temáticas LGBTI+), as pessoas entrevistadas discorrem sobre as formações que realizaram sobre a intervenção com pessoas LGBTI+, e também sobre as formações que estão a ser promovidas pelos serviços especializados em outras instituições.

A Formação TAV

A formação de Técnico de Apoio à Vítima (TAV), de caráter obrigatório, tem como objetivo melhorar a intervenção das pessoas técnicas na área da violência doméstica, através da promoção de competências para os atendimentos, acompanhamentos, intervenções e encaminhamentos das pessoas vitimizadas. Quase todas as pessoas participantes haviam concluído o curso TAV ao longo das suas trajetórias profissionais (que variam desde 27 anos, até menos de 1 ano de experiência), com apenas uma delas tendo mencionado que estava a concluir o curso durante a realização das entrevistas.

Ao falarem acerca da inclusão das especificidades de intervenção com pessoas LGBTI+ nas formações TAV, a maior parte das pessoas entrevistadas relata que, apesar de edições mais recentes terem passado a incluir essas temáticas, elas ainda são pouco abordadas, principalmente no que se refere às especificidades de pessoas trans* vitimizadas: "a nível trans eu julgo que não tenha sido mencionado absolutamente de todo, e a nível LGB, se estiver, está implícito" (B.; S. especializado). Uma das pessoas entrevistadas, que estava a realizar o curso, menciona que na sua edição as pessoas formadoras buscaram explorar as especificidades da violência doméstica dentro de relacionamentos LG, de forma a desconstruir algumas das crenças que pudessem atrapalhar os atendimentos com essa população: "porque normalmente temos sempre a ideia de que o homem é o agressor e a mulher é a vítima, então isso esteve presente e sempre foi trabalhado conosco durante o curso" (I.; S. especializado); entretanto, também relata que no tocante da intervenção com pessoas trans*, esses temas foram menos abordados, apesar de terem sido discutidos alguns dos cuidados que são necessários para esses atendimentos:

> Posso contar um episódio específico em que uma das formadoras, das professoras, nos disse por exemplo das dificuldades que ela teve quando teve que atender a primeira

pessoa trans [...] Então eu sinto que é falado, talvez um cadinho menos, mas que está presente também (I.; S. especializado)

Outra pessoa entrevistada (D.; S. especializado), ao falar sobre a edição TAV da qual participou, relata que o curso: "é super para o estereótipo, ou seja, é super para a mulher vítima, para o homem agressor, contexto de intimidade, filhos envolvidos". Também menciona que: "são 90 horas de formação, é uma formação ainda longa no tempo, e depois há tipo um módulo em que há tipo dois slides sobre população vulnerável, onde se põe pessoas com doença mental, pessoas idosas, pessoas LGBTI.". Por fim, também é mencionado por uma das pessoas participantes que, apesar do curso TAV ter sido reformulado de forma a incluir questões ligadas à intervenção com populações específicas, essas temáticas ainda não são abordadas de forma aprofundada: "efetivamente já aborda essas questões, já tem um olhar. Só que ainda não é um olhar igual. Se me fizer a pergunta 'mas é igual como qualquer outra vítima? Não, ainda não" (C.; S. generalista).

Formações Específicas em Temáticas LGBTI+

A maior parte das pessoas entrevistadas menciona ter tido contacto com temáticas ligadas à intervenção com a população LGBTI+ através da realização de cursos, estudos autónomos e contactos com outras pessoas profissionais. Uma das pessoas participantes, por exemplo, menciona que chegou a ter contacto com essas temáticas durante a realização do seu mestrado em psicologia, em que os conteúdos foram abordados em algumas unidades curriculares: "por exemplo a cadeira optativa de sexologia, e tive também a oportunidade de participar em algumas formações", também mencionando que: "é mais a nível do que eu fui fazendo nos meus estudos, é que tive aqui um contacto maior e uma formação mais especializada" (B.; S. especializado). Outra pessoa também fala sobre como o seu interesse por questões ligadas à população LGBTI+ fez com que procurasse participar de momentos que a ajudassem a compreender de forma mais aprofundada essas temáticas, mencionando que: "eu sempre gostei e quis muito trabalhar com a população LGBTI+ [...] eu sinto que tenho-me sempre interessado desde quando ainda estava na faculdade", e que "a formação que tenho é mais informal, ou seja, interesse meu. À palestras que vou, livros que eu leio. Depois à nível da violência em si, eu estou a acabar um curso de técnica de apoio à vítima" (I.; S. especializado).

Uma parte das pessoas entrevistadas também afirma ter realizado formações certificadas nessa área, como é o caso de uma das pessoas profissionais dos serviços especializados, que relata ter feito: "especialização para a intervenção junto de pessoas LGBTI, e outra especificamente para as questões da violência doméstica em pessoas LGBTI. E várias outras

formações relacionadas à questão da diversidade social, como por exemplo a psicopatologia e questões LGBTI" (F.; S. especializado). Outra pessoa, dessa vez de uma estrutura não especializada para a essa população, menciona que realizou pós-graduações que abordavam essas temáticas, e algumas formações específicas sobre a intervenção na área da violência doméstica, que lhe ajudaram quando teve o primeiro atendimento com uma pessoa trans*: "eu sinto que já tinha ali conhecimentos, quanto mais não seja teórico, que me ajudavam a perceber melhor as vulnerabilidades, as especificidades, e a melhor forma de falar com aquela pessoa" (G.; S. generalista).

Também é mencionado que algumas das estruturas realizam formações internas, de forma a capacitar a intervenção das equipas e atualizar os conhecimentos profissionais acerca dos atendimentos com pessoas LGBTI+, conforme menciona a pessoa a seguir:

> Nós para trabalharmos na instituição passamos por diversos momentos formativos. Eu logo quando cheguei tive uma sessão de recepção, que me deram a entender a estrutura da associação, a história, e depois esta parte mais teórica da evolução dos direitos LGBTI, das diferentes diversidades e de multiplicidades de identidades dentro das pessoas LGBTI. (D.; S. especializado).

A mesma pessoa também afirma que muitas vezes busca realizar formações que abordem outras temáticas para além da intervenção direta com pessoas vitimizadas, de forma a entrar em contacto com outras questões que possam cruzar as vidas das pessoas LGBTI+ que atende na estrutura de apoio à vítima: "portanto, aqui também as questões das interseccionalidades das pessoas, ninguém é só uma identidade" (D.; S. especializado).

Por fim, as pessoas profissionais dos serviços especializados também mencionam que as estruturas em que trabalham promovem formações externas, em que: "essencialmente esse trabalho é muito feito com, justamente, com profissionais. Profissionais que trabalham com crianças e jovens, com a violência doméstica... Temos mais recentemente começado a trabalhar com empresas" (E.; S. especializado). Um dos exemplos dessas iniciativas foi mencionado por uma das pessoas entrevistadas, que relata que:

> Estamos a fazer formação a uma instituição que trabalha com crianças e jovens, eu julgo que não com adultos, com algum tipo de deficiência. E vieram-nos procurar efetivamente porque têm uma pessoa trans, e com a qual as cuidadoras não conseguem abordar ou tratar com... Não quer dizer desrespeito, mas pronto, com a sensibilidade necessária para a sua identidade de género. (B.; S. especializado)

Sugestões de Mudanças Estruturais

O quarto e último tema aborda dois aspectos que, apesar de envolverem questões que extravasam as estruturas de apoio à vítima, foram identificados pelas pessoas profissionais

como fundamentais para a promoção de uma maior inclusão das pessoas trans* na sociedade; e como recursos para a mudança das estruturas heterocisnormativas.

O primeiro ponto abordado pelas pessoas entrevistadas refere-se à necessidade de investir na área da educação para a cidadania. A maioria refere que é necessário trabalhar junto à população as questões ligadas aos direitos humanos e abertura para a diversidade, de forma a combater e prevenir a formação de crenças desajustadas em relação às pessoas trans* e à comunidade LGBTI+ de forma geral. Uma das pessoas entrevistadas reforça que é preciso entender os fenómenos ligados à violência de género como estando inseridos em um contexto sócio-histórico-cultural, e que trabalhar no combate às desigualdades de género implica refletir sobre as fontes que às sustentam: "o que está na base destes problemas são questões sobretudo culturais, sociais [...] nós não podemos querer eliminar um fenómeno se não atuarmos naquilo que são as bases" (L.; S. generalista).

Dessa forma, o investimento numa educação voltada para os direitos humanos e a igualdade de género consiste em uma maneira de ir de encontro às bases dessa problemática; atuando sobre as crenças e preconceitos ligados à população trans* e outras minorias identitárias. Sobre essa questão, uma das pessoas entrevistadas menciona: "se nós temos uma educação mais inclusiva, que prime por ter valores de inclusão, de solidariedade, de empatia pelo próximo; naturalmente as pessoas trans vão ser beneficiadas" (D.; S. especializado).

Duas pessoas entrevistadas reforçam que este trabalho deve ser feito diretamente nas escolas, ao longo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Ambas as pessoas também mencionam empecilhos encontrados atualmente na forma como esta disciplina tem sido conduzida, em especial no que diz respeito à formação e capacitação das pessoas professoras. Sobre esse ponto, uma das pessoas entrevistadas refere que:

> Metem determinados professores a fazê-lo que não têm formação inicial de base para qual, que até querem fazer mas às vezes não têm tempo para fazer as pesquisas e aprendizagens, depois não usam sequer como deve ser o tempo para essa área e põem-se a fazer outras coisas. Ou então, recorrem de forma muito excessiva às associações especializadas (E; S. especializado).

Outro ponto importante que foi levantado dentro dessa temática refere-se ao formato e à duração destes programas de intervenção. Ao abordarem essa questão, as pessoas entrevistadas ressaltam que este trabalho precisa ser realizado de forma contínua, com as temáticas sendo adaptadas às faixas etárias das crianças e jovens: "faria todo o sentido começar logo na primária a educar para a questão do toque, para a questão do consentimento, e assim sucessivamente [...] conforme as pessoas também crescem e vão acordando e despertando para a sua identidade" (D.; S. especializado). Umas das pessoas entrevistadas também menciona que

seria importante trabalhar as questões ligadas à gestão das emoções e o reconhecimento de comportamentos violentos: "falta muito esta... Esta educação emocional, esta educação para a gestão das minhas emoções, da minha raiva também. Também temos muitas questões associadas à dificuldade na gestão da raiva, a gestão de conflitos" (F.; S. especializado).

Também reconhece-se que este trabalho pode e deve ser feito junto à população adulta, apesar das maiores dificuldades na intervenção; que estão ligadas à uma maior estruturação da personalidade nesta fase do desenvolvimento: "por isso devemos [...] trabalhar sim com a população adulta, mas eu diria que é muito mais fácil trabalhar com a população mais jovem" (L.; S. generalista). Por fim, a maior parte das pessoas entrevistadas reforça a importância deste trabalho, uma vez que as camadas jovens são aquelas que representam o futuro da sociedade. Intervir desde cedo, em uma perspectiva de prevenção, seria uma forma de garantir que as pessoas trans* fossem mais respeitadas e menos estigmatizadas pela população de forma geral: "isso parece um clichê, mas são o futuro... Os jovens são os adultos do amanhã, não é? Portanto, se nós não chegarmos às escolas, são eles que já vêm com ideias pré-concebidas daquilo que é a população LGBTQI+" (C; S. generalista).

O segundo ponto abordado por uma parte das pessoas entrevistadas diz respeito à necessidade de que as pessoas trans* estejam mais representadas em sociedade, de forma a combater a sua invisibilidade e para que sejam desconstruídos os estereótipos associados a essa população. Sobre essa questão, uma delas menciona que as temáticas ligadas às vivências de pessoas trans* são pouco abordadas na sociedade de forma geral, mesmo por parte dos serviços de comunicação e por pessoas da área da saúde:

> Mesmo nos dias mais específicos, que até faria sentido se falar sobre isso, eu não vejo ninguém a falar sobre isso. Em nenhum serviço, nem mesmo por parte dos serviços de saúde. Eu não vejo a direção geral de saúde, por exemplo, a falar sobre isso. (G.; S. generalista)

Outra pessoa também menciona que: "enquanto a existência destas pessoas, enquanto a vivência destas pessoas não for mais partilhada, mais discutida, mais identificada e levada a sério... Temos um percurso muito difícil pela frente" (D.; S. especializado). A mesma pessoa também reforça que o combate à invisibilidade dessa população pode ser feito de diferentes formas: "há manifestações, há coletivas públicas, há ocupar o espaço público", e que "esta ocupação do espaço público é importante e é política, e normalizar essa representatividade também faz com que as pessoas vão, de forma não consciente, mas adquirindo essas imagens". Por fim, outra pessoa participante também afirma que seria importante que as temáticas ligadas às vivências de pessoas trans* fossem incluídas de forma leve no dia a dia da população portuguesa, sem associá-las à violência:

> se houver esta representação em espaços que são vistos pelas pessoas portuguesas, telenovelas, *reality shows*, entra na discussão. E entra de uma forma que seja mais leve [...] porque há muito esta associação da população LGBTI, está associada à violência. Seja porque sofre, seja porque dizem que sofre. Não, ok, é só uma vivência. É só mais uma pessoa a viver. (I.; S. especializado)

Discussão

O presente estudo buscou explorar, junto a um grupo de pessoas profissionais que atuam na área da violência doméstica, as suas experiências de atendimento com pessoas trans* vitimizadas, e percepções acerca do trabalho desenvolvido com essa população na RNAVVD. Os resultados revelam uma conjuntura de fatores que agravam as vulnerabilidades psicossociais dessa população, decorrentes não apenas da violência praticada dentro das famílias e nas relações de intimidade, como de desigualdades estruturais que prejudicam a sua capacidade de agência e autonomia – tais como as dificuldades de acesso ao emprego, saúde, segurança social, e outras esferas fundamentais para a cidadania (Moleiro et al., 2016). Somadas a essas questões, as pessoas trans* são frequentemente discriminadas nos serviços essenciais (Neves et al., 2023a), e enfrentam barreiras acrescidas ao buscarem aceder aos serviços de apoio à vítima (Greenberg, 2012; Marrow et al., 2024).

Os resultados indicam a prevalência de casos de violência familiar, sobretudo em situações que envolvem pessoas trans* jovens ou que atingiram recentemente a maioridade. Tal como afirmam Ramalho et al. (2015), as famílias, ao considerarem a expressão de género de pessoas trans* como socialmente inapropriadas, tendem a impor restrições e punir comportamentos que não estejam alinhados às normas e estereótipos de género. Considerando que o contexto familiar desempenha um papel central no bem-estar biopsicossocial de pessoas trans* jovens, e que a ausência de suporte nesse contexto está associada a sofrimento clinicamente significativo (Carmona et al., 2022; Gato et al., 2020); o esclarecimento de dúvidas de pais e mães, e de desmistificação dos processos de afirmação de pessoas trans*, representam um passo importante para resguardar o bem-estar dessa população.

Em relação à violência nas relações de intimidade, as pessoas participantes mencionam que embora não representam a maioria das situações, também são acompanhados casos de violência conjugal e no namoro. Não obstante, estudos internacionais recentes têm demonstrado que pessoas trans* estão em riscos acrescidos de sofrer vitimações dentro dos relacionamentos íntimos (Langenderfer-Magruder et al., 2016; Peitzmeier et al., 2020; Closson et al., 2024). Os

resultados do presente estudo podem indicar um comportamento de menor procura de apoio junto às redes formais, devido ao medo de sofrer discriminações e a percepção de menor acesso aos serviços (Moleiro et al., 2016). Além disso, a ameaça do *outing*, mencionada pelas pessoas participantes, pode representar um impedimento às denúncias, uma vez que pessoas trans* podem sentir receio de terem suas identidades e/ou orientações sexuais expostas, caso tomem a decisão de fazê-lo (Neves et al., 2023b).

Estudos nacionais sobre a violência e discriminação contra pessoas LGBTI+, de natureza mista (Saleiro et al., 2020; Neves et al., 2023b), corroboram os resultados aqui apresentados: a violência doméstica contra pessoas LGBTI+ tende a manifestar-se precocemente, ainda na infância, e a prolongar-se ao longo do ciclo vital (Neves et al., 2023b). Saleiro et al. (2020) também sugerem que a violência contra essa população é perpetrada majoritariamente dentro das famílias, principalmente pelos/as pais e mães; e que as questões ligadas à identidade de género podem suscitar mais cedo os pedidos de apoio junto às estruturas especializadas. Ao adotar uma metodologia qualitativa e centrar-se nas experiências de atendimento com pessoas trans*, o presente estudo aprofunda essas questões, contribuindo para uma compreensão mais detalhada dos impactos da violência doméstica nessa população. Também evidencia as estratégias e iniciativas dos serviços especializados, que visam colmatar as lacunas de apoio e responder às necessidades das pessoas trans* vitimizadas – principalmente no tocante à questão habitacional e do acesso à saúde.

Os resultados evidenciam os impactos da violência familiar no processo de autonomização de pessoas trans* jovens, sobretudo nos casos em que são expulsas das suas casas. De acordo com Gato et al. (2020), a família consiste muitas vezes na única fonte de apoio para pessoas jovens – uma vez que, além das características culturais da sociedade portuguesa estarem fortemente assentes em valores familiares, existe uma alta taxa de desemprego jovem no país, e os apoios governamentais para os projetos de vida dessa população são limitados. Dessa forma, tendo em consideração os elevados custos habitacionais, a falta de suporte familiar implica muitas vezes na impossibilidade de acesso à habitação digna e autonomização da população jovem.

No caso específico das pessoas trans*, somam-se a essas questões as dificuldades acrescidas na entrada no mercado de trabalho, mencionadas pelas pessoas participantes como outro fator que prejudica seu processo de autonomização. A título exemplificativo, os resultados do *Special Eurobarometer* sobre discriminação (European Union, 2023), demonstram que em Portugal cerca de 10% das pessoas inquiridas (n = 1,021) afirmaram não se sentir confortáveis em ter uma pessoa trans* como colega de trabalho, e que 28%

consideravam que a identidade de género, no caso de pessoas trans*, representa uma desvantagem na escolha das empresas entre contratar duas pessoas com as mesmas qualificações e competências.

O estudo nacional de Baptista (2024) sobre a integração de pessoas trans* no mercado de trabalho, demonstra que pessoas trans* apresentam números superiores de desemprego e de precariedade profissional, e que relatam discriminações frequentes no contexto laboral (e.g. recusa em utilizar o nome social, impedir a utilização de balneários, alterações de funções e do local de trabalho para reduzir a exposição à clientes). Dessa forma, a rejeição social experienciada por pessoas trans*, somada à diminuição de oportunidades educacionais (devido ao abandono escolar), e aos índices de intolerância e estigmatização nas empresas, fazem com que essa população chegue à vida adulta com limitações no seu acesso à empregabilidade (Ramalho et al., 2015). Nesse sentido, as iniciativas mencionadas pelas pessoas participantes dos serviços especializados, no âmbito da colaboração com redes de empregabilidade e os apartamentos de autonomização para pessoas LGBTI+ jovens, consistem em um recurso essencial para apoiar os processos de pessoas trans* vitimizadas.

Os resultados também demonstram que, nos casos em que se torna necessário realizar a integração de pessoas trans* em respostas de acolhimento, existem lacunas significativas nos serviços da RNAVVD. A existência de apenas uma resposta de acolhimento em emergência especializada para a população LGBTI+, aliada à recusa de muitas respostas generalistas em integrar pessoas trans*, faz com que muitas vezes o serviço especializado se encontre sobrecarregado, e sem a possibilidade de realizar novos atendimentos (Neves & Ferreira, 2022). Considerando que as respostas de acolhimento são um recurso essencial não apenas para aumentar a segurança de pessoas vitimizadas, como para apoiar os processos de autonomização, a falta de respostas acessíveis à população trans* coloca-as em uma espécie de armadilha social (Greenberg, 2012). Os resultados também indicam que essa dificuldade é ainda maior quando ocorre a intersecção com questões de saúde mental grave, uma vez que as pessoas participantes relatam que boa parte dos serviços não acolhem essas especificidades.

Na área da saúde, os resultados demonstram que as pessoas participantes recebem muitos relatos de pessoas trans* que foram discriminadas nos serviços, e apontam para uma marcante falta de sensibilidade e capacitação profissional. Tais achados são corroborados por investigações anteriores, que demonstram como o preconceito e falta de formação especializada dificulta o acesso de pessoas trans* à pessoas profissionais devidamente qualificadas (Pinto & Moleiro, 2012). Também demonstram a ocorrência de práticas discriminatórias nos serviços, seja pelo uso de linguagem preconceituosa, negação ou desencorajamento à exploração da

identidade de género, recusa de atendimentos e interrupção de cuidados, e ridicularização das pessoas trans* atendidas (Rodrigues et al., 2020).

Os resultados também reforçam que o acesso ao Serviço Nacional de Saúde se encontra dificultado, devido à falta de respostas de encaminhamentos e sobrecarga dos serviços. Nesse sentido, as iniciativas mencionadas (e.g. parcerias com pessoas profissionais da saúde; criação de bolsas para financiar consultar) consistem em passos importantes para colmatar algumas das lacunas nessa área. Entretanto, como reconhece uma das pessoas participantes, as estruturas não possuem os recursos pessoais ou financeiros necessários para dar resposta a todas as pessoas que necessitam desse tipo de apoio. Dessa forma, é necessário que sejam criadas e devidamente implementadas políticas públicas que possibilitem o acesso da população trans* aos cuidados de saúde que necessitam (Parra-Villarroel et al., 2023).

No que se refere ao acesso às estruturas de apoio à vítima, os resultados indicam que as pessoas trans* enfrentam barreiras acrescidas que dificultam o seu acesso aos serviços. Algumas delas, como o receio de sofrer discriminações e a escassez de serviços especializados e culturalmente competentes, também foram identificadas em estudos anteriores (e.g. Calton et al., 2016; Marrow et al., 2024). Os resultados do presente estudo expandem o conhecimento na área, ao indicarem que a concentração geográfica das estruturas especializadas em grandes centros urbanos constitui outro fator que dificulta o acesso de pessoas trans* aos serviços que necessitam. Uma vez que as vivências de pessoas trans* no interior do país permanecem por ser reveladas, investigações futuras se beneficiariam ao explorar como os serviços da RNAVVD, fora do Porto e Lisboa, têm atendido às necessidades dessa população.

Os resultados também apontam para a falta de formação especializada para a intervenção com pessoas trans*. Estudos qualitativos anteriores (Tesch & Bekerian, 2015; Furman et al., 2017), realizados com grupos de pessoas participantes semelhantes, corroboram esses resultados: existe uma marcante falta de formação especializada em questões LGBTI+, e sentimento de despreparo face aos atendimentos com essa população; sobretudo nos casos de pessoas trans*, que são destacadas como as que sofrem maiores exclusões e discriminações nos serviços. No presente estudo, as pessoas participantes relatam que, apesar do curso de Técnico de Apoio à Vítima (TAV) ter sido reformulado nos últimos anos, passando a incluir as especificidades da intervenção junto a grupos vulneráveis (e.g. pessoas LGBTI+, pessoas idosas, pessoas com questões de saúde mental grave), o modo como esses conteúdos são trabalhados parece não ser suficiente. Uma vez que a competência profissional para a intervenção com a população trans* é específica, e depende de experiências e formações que vão além das necessárias para a intervenção junto à população LGB (OPP, 2017), os resultados

demonstram a necessidade de que esses conteúdos sejam abordados de forma mais aprofundada, e que as formações obrigatórias sejam reavaliadas.

No que diz respeito às mudanças estruturais, as pessoas participantes mencionam dois pontos que abordam questões que extravasam o trabalho realizado nas estruturas de apoio à vítima, e que são tidos como cruciais para a resistência aos sistemas e estruturas heterocisnormativos. O investimento na educação para a cidadania e os direitos humanos é visto como um passo fundamental para prevenir e desconstruir estereótipos relacionados às pessoas LGBTI+. Entretanto, as percepções das pessoas participantes indicam entraves na forma como os conteúdos ligados à diversidade de género estão a ser trabalhados nas escolas, principalmente devido às dificuldades encontradas por pessoas professoras.

Esses resultados são corroborados por um estudo qualitativo nacional, realizado por Sousa et al. (2023), que indica que o plano curricular falha em abordar questões ligadas à população LGBTI+ e à violência doméstica. Também sugerem que a falta de treinamento especializado faz com que as pessoas profissionais nesses setores não sejam capazes de reconhecer e intervir junto a essa população. Uma vez que as escolas também são contextos em que as pessoas trans* reportam sofrer discriminações (ILGA, 2018; Rede Ex-Aequo, 2020), as iniciativas mencionadas pelas pessoas participantes, como campanhas de sensibilização com pessoas profissionais e pares, representam outro contributo importante que está a ser realizado pelos serviços especializados.

Por fim, as pessoas participantes também mencionam a importância no investimento na representatividade de pessoas trans*, de forma a combater a sua invisibilidade na sociedade portuguesa. Tal como afirmam Abreu et al. (2024), a partilha midiática de informações sobre questões LGBTI+, aliadas a uma legislação anti-discriminação, pode gerar uma maior conscientização da população sobre essas temáticas. Nesse sentido, as percepções das pessoas participantes indicam que a ocupação do espaço público, e discussão das temáticas ligadas às vivências de pessoas trans* na sociedade alargada, demonstram-se como recursos importantes para a visibilidade e desconstrução de estereótipos ligados a essa população.

Limitações e Implicações para Próximos Estudos

Apesar dos contributos deste estudo, reconhece-se que o mesmo possui algumas limitações. Em primeiro lugar, embora o termo trans* tenha sido utilizado ao longo deste trabalho como um conceito guarda-chuva, esse entendimento não necessariamente coincide com o das pessoas participantes. Dessa forma, os resultados podem não refletir as experiências de atendimento com pessoas cujas identidades de género se enquadram fora da binariedade (e.g.

pessoas não-binárias, género fluido, agénero); sendo necessário que investigações futuras busquem explorar de forma mais aprofundada as especificidades dos atendimentos com essa população. Além disso, ainda que as pessoas intersexo não tenham sido a população-alvo deste estudo, elas foram destacadas por parte das pessoas participantes como um grupo frequentemente esquecido e invisibilizado; por isso, recomenda-se que próximos estudos busquem explorar e (re)conhecer as suas vivências no contexto nacional.

Outras limitações estão relacionadas ao método de recrutamento utilizado, assim como às características do grupo de pessoas participantes. A utilização de um método de recrutamento não probabilístico intencional, apesar de ter sido crucial para o acesso à pessoas profissionais que estivessem confortáveis em discutir temáticas ligadas ao atendimento de pessoas trans*, também implica a necessidade de termos em consideração os efeitos do viés de autosseleção; uma vez que todas as pessoas entrevistadas demonstraram estar alinhadas com a promoção dos direitos de pessoas trans*. Além disso, todas as pessoas participantes atuavam em estruturas localizadas em grandes centros urbanos, e apenas três em serviços generalistas. Dessa forma, considera-se importante que investigações futuras busquem mapear as experiências de atendimento com pessoas trans* na RNAVVD, principalmente em estruturas localizadas no interior do país, de forma a termos um conhecimento real sobre como estão a ocorrer os atendimentos dessa população no contexto nacional. Da mesma forma, se torna necessário que seja realizada uma avaliação global acerca das formações obrigatórias na área da violência doméstica (TAV), com o intuito de perceber como os conteúdos ligados à intervenção específica com a população trans* estão a ser trabalhados.

Conclusões

Apesar dos avanços nos direitos de pessoas LGBTI+ em Portugal, e do crescente interesse público e académico em torno da diversidade de género, a literatura nacional sobre as vivências de pessoas trans* continuam a ser escassas. Dessa forma, os resultados deste estudo contribuem com informações relevantes, que podem ajudar a informar as práticas nos serviços de apoio à vítima e da Administração Pública – uma vez que, para além de terem sido abordadas as trajetórias de violência e necessidades específicas de pessoas trans* vitimizadas, também descrevem algumas das barreiras no acesso aos serviços da RNAVVD, e as dificuldades sentidas pelas pessoas profissionais que realizam atendimentos com essa população. Também

destacam as inciativas realizadas pelos serviços especializados, que contribuem de forma significativa para colmatar algumas das dificuldades enfrentadas pela população trans*.

As percepções e experiências das pessoas participantes reforçam a necessidade de que as formações obrigatórias na área da violência doméstica sejam reavaliadas, e que sejam feitas atualizações profissionais nas equipas técnicas dos serviços generalistas, de forma a capacitá-las para a intervenção junto à população trans* vitimizada. Também demonstram que as políticas públicas devem visar não apenas a criação de respostas sociais mais inclusivas, como a consolidação de mecanismos que assegurem a implementação efetiva dos direitos das pessoas trans*. Os órgãos públicos devem considerar as necessidades específicas dessa população no desenho e execução das suas políticas, de forma a garantir que os serviços essenciais estejam preparados para atender às suas necessidades. Em suma, os resultados demonstram a necessidade de um compromisso transversal, que promova uma abordagem interseccional não apenas nos serviços de apoio à vítima, como em diferentes áreas da sociedade.

Referências

Abreu, M. S., António, R., & Moleiro, C. (2025). Mind the gap! LGBTQ+ population's perceptions of discrimination and of legal innovation. *Sexuality Research and Social Policy, 22*, 1265–1279. https://doi.org/10.1007/s13178-024-01045-9

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). American Psychiatric Publishing.

American Psychological Association. (2017). *Multicultural Guidelines: An Ecological Approach to Context, Identity, and Intersectionality*. http://www.apa.org/about/policy/multicultural-guidelines.pdf

American Psychological Association. (2023, 15 de novembro). *Cultural competence*. https://dictionary.apa.org/cultural-competence

APAV (2010). *Manual Alcipe – Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (2.ª ed. revista e atualizada)*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Alcipe_PT.pdf

Ard, K. L., & Makadon, H. J. (2011). Addressing intimate partner violence in lesbian, gay, bisexual, and transgender patients. *Journal of General Internal Medicine, 26*(8), 930–933. https://doi.org/10.1007/s11606-011-1697-6

Baptista, J. D. (2024). *Integração de Pessoas Trans no Mercado de Trabalho em Portugal: perspetivas sociais, organizacionais e individuais*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/30931

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners.* SAGE Publications Ltd.

Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, 11*(4), 589–597. https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806

Braun, V., & Clarke, V. (2020). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling and Psychotherapy Research, 21*(1), 37–47. https://doi.org/10.1002/capr.12360

Braun, V., & Clarke, V. (2023). Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be(com)ing a knowing researcher. *International Journal of Transgender Health, 24*(1), 1–6. https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2129597

Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic analysis. In P. Liamputtong (Ed.), *Handbook of research methods in health social sciences* (pp. 843–860). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_103

Calton, J. M., Cattaneo, L. B., & Gebhard, K. T. (2016). Barriers to help seeking for lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer survivors of intimate partner violence. *Trauma, Violence & Abuse, 17*(5), 585–600. https://doi.org/10.1177/1524838015585318

Carmona, M. J., Pinto, N., & Moleiro, C. (2022). Experiences of families of trans and gender diverse youth in Portugal within an ecological systems framework. *Portuguese Journal of Social Science, 20*(3), 185–202. https://doi.org/10.1386/pjss_00041_1

Chiriboga, D. A., & Hernandez, M. (2015). Multicultural competence in geropsychology. In P. A. Lichtenberg, B. T. Mast, B. D. Carpenter, & J. Loebach Wetherell (Eds.), *APA handbook of clinical geropsychology, Vol. 1. History and status of the field and perspectives on aging* (pp. 379–419). American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/14458-016

Closson, K., Boyce, S. C., Johns, N., Inwards-Breland, D. J., Thomas, E. E., & Raj, A. (2024). Physical, sexual, and intimate partner violence among transgender and gender-diverse individuals. *JAMA Network Open, 7*(6), e2419137. https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2024.19137

Dufour, G. K., Gerhardt, E., McArthur, J., & Ternes, M. (2023). Help-seeking behavior and domestic violence. In T. K. Shackelford (Ed.), *Encyclopedia of domestic violence*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-85493-5_741-1

European Institute for Gender Equality. (2025). *Gender equality index 2024 – Tackling violence against women, tackling gender inequalities*. Publications Office of the European Union. https://eige.europa.eu/publications-resources/publications/gender-equality-index-2024-tackling-violence-against-women-tackling-gender-inequalities

Fundamental Rights Agency. (2024). *EU LGBTIQ Survey III: LGBTIQ equality at a crossroads: Progress and challenges*. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2024-lgbtiq-equality_en.pdf

Furman, E., Barata, P., Wilson, C., & Coleman, T. (2017). “It's a gap in awareness”: Exploring service provision for LGBTQ2S survivors of intimate partner violence in Ontario, Canada. *Journal of Gay & Lesbian Social Services, 29*(4), 362–377. https://doi.org/10.1080/10538720.2017.1365672

Gato, J., Leal, D. & Seabra, D. (2020). When home is not a safe haven: Effects of the COVID-19 pandemic on LGBTQ adolescentes and young adults in Portugal. *Revista PSICOLOGIA*, 34(2), 89-200. https://doi.org/10.17575/psicologia.v34i2.1667

Greenberg, K. (2012). Still hidden in the closet: Trans women and domestic violence. *Berkeley Journal of Gender, Law & Justice, 27*(2), 198–251. https://doi.org/10.15779/Z38J678W3D

Governo da República Portuguesa. (2025, 1 de abril). *Relatório anual de segurança interna (RASI 2024)*. XXIV Governo Constitucional. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024

Handbook of research methods in health social sciences. (2019). Springer eBooks. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4

ILGA-Europe. (2025). *Annual Review 2025: The human rights situation of lesbian, gay, bisexual, trans and intersex people in Europe and Central Asia*. https://www.ilga-europe.org/files/uploads/2025/02/ILGA-Europe-Annual-Review-2025.pdf

ILGA Portugal. (2018). *Estudo Nacional sobre o Ambiente Escolar (ENAE) Jovens LGBTI+ 2016/2017*. ILGA Portugal. https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/ILGA_ENAE_2016-2017.pdf

ILGA Portugal. (2023). *Relatório Anual 2020–2022 do Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+ em Portugal*. https://ilga-portugal.pt/files/uploads/2023/10/F_Relatorio-Observatorio-Discriminacao-Contra-Pessoas-LGBTI-2020-2022.pdf

Langenderfer-Magruder, L., Whitfield, D. L., Walls, N. E., Kattari, S. K., & Ramos, D. (2016). Experiences of intimate partner violence and subsequent police reporting among lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer adults in Colorado: Comparing rates of cisgender and transgender victimization. *Journal of Interpersonal Violence, 31*(5), 855–871. https://doi.org/10.1177/0886260514556767

Levitt, H., Wertz, F., Motulsky, S., & Morrow, S. (2017). Recommendations for designing and reviewing qualitative research in psychology: Promoting methodological integrity. *Qualitative Psychology, 4*(1), 2–22. https://doi.org/10.1037/qup0000082

Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. S. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir: Guia de boas práticas para profissionais de saúde.* http://hdl.handle.net/10400.14/13450

Marrow, E., Malik, M., Pantalone, D. W., & Peitzmeier, S. (2024). Power and control, resistance and survival: A systematic review and meta-synthesis of the qualitative literature on intimate partner violence against transgender individuals. *Social Science & Medicine, 116498.* https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.116498

Matos, J. C. G., & Rodrigues, I. (2021). *Guia sobre saúde e leis trans em Portugal: Recursos e procedimentos*. https://www.rea.pt/imgs/uploads/guia-trans.pdf

Moleiro, C., Alarcão, V., & Neves, L. (2023). Mapping transgender studies in Portugal: A systematic search and narrative review. *Journal of Gender Studies, 32*(7), 655–670. https://doi.org/10.1080/09589236.2022.2092083

Moleiro, C., & Pinto, N. (2009). Diversidade e psicoterapia: Expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. *Ex aequo, 20*, 159–172.

Moleiro, C., & Pinto, N. (2020). Legal gender recognition in Portugal: A path to self-determination. *International Journal of Gender, Sexuality and Law*, 1(1), 218–240. https://doi.org/10.19164/ijgsl.v1i1.991

Moleiro, C., Pinto, N., Oliveira, J. M., & Santos, M. H. (2016). *Violência doméstica: Boas práticas no apoio a vítimas LGBTI: Guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas.* Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. http://hdl.handle.net/10071/15563

Neves, S., & Ferreira, M. (2022). *Investigação e prática: Abordagens interdisciplinares sobre a saúde e o bem-estar das pessoas LGBTI+*. Associação Plano i. http://hdl.handle.net/10400.5/28402

Neves, S., et al. (2022). *Guia de boas práticas para a intervenção com pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica.* Associação Plano i. https://heyzine.com/flip-book/d68a978d70.html

Neves, S., et al. (2023a). A literature review on violence and discrimination against trans people in Portugal: Are we still living in a dictatorship? *Sexualities, 28(1-2), 349-364.* https://doi.org/10.1177/13634607231197059

Neves, S., et al. (2023b). Trajetórias de vida de pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica: Principais resultados. https://heyzine.com/flip-book/fdd9ecad2a.html

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2017). *Guia orientador da intervenção psicológica com pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT)*. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/guidelines_opp_lgbt_marco_2017.pdf

Parra-Villarroel, J., Rodrigues, L., & Nogueira, C. (2023). Acesso a cuidados de saúde para adolescentes transgénero : situação atual e desafios no Chile e em Portugal. *Análise Social*, *58*(247), 248–269. https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023247.03

Peitzmeier, S. M., Malik, M., Kattari, S. K., Marrow, E., Stephenson, R., Agénor, M., & Reisner, S. L. (2020). Intimate partner violence in transgender populations: Systematic review and meta-analysis of prevalence and correlates. *American Journal of Public Health, 110*(9), e1–e14. https://doi.org/10.2105/AJPH.2020.305774

Platero, R. L. (2014). *Trans*sexualidades: Acompañamento, factores de salud y recursos educativos.* Bellaterra.

Pinto, N., & Moleiro, C. (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia: Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, 26*(1), 129–151. https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.266

Pinto, N., & Moleiro, C. (2015). Gender trajectories: Transsexual people coming to terms with their gender identities. *Professional Psychology: Research and Practice, 46*(1), 12–20. https://doi.org/10.1037/a0036487

Ramalho, N. A., Barroso, A. C. B. F. S., & Santos, B. M. T. (2015). A intervenção social com populações "Desassistidas" em contexto de rua: O caso do projeto Trans-Porta. *Intervenção Social, (42/45),* 202–227. http://hdl.handle.net/10071/9576

Rede Ex Aequo (2020). *Relatório do Projeto Educação LGBTI 2019*. Rede ex aequo. https://rea.pt/arquivo/relatorio-pe-2019.pdf

Rodrigues, L., Soares, M., & Nogueira, C. (2021). Psychomedical Interventions with Transgender People in Portugal and Brazil: A Critical Approach. *International journal of environmental research and public health*, *19*(1), 267. https://doi.org/10.3390/ijerph19010267

Rogers, M. (2019). Challenging cisgenderism through trans people's narratives of domestic violence and abuse. *Sexualities, 22*(5–6), 803–820. https://doi.org/10.1177/1363460716681475

Ruslin, R., Mashuri, S., Rasak, M., Alhabsyi, F., & Syam, H. (2022). Semi-structured interview: A methodological reflection on the development of a qualitative research instrument in educational studies. *Journal of Research & Method in Education, 12*(1), 22–29. https://doi.org/10.9790/7388-1201052229

Saleiro, S. P., Ramalho, N., Menezes, M. S., & Gato, J. (2022). Estudo nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual,

identidade e expressão de género e características sexuais. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/05/Estudo_necessidades_pessoas_LGBTI_discrimina_orienta_sexual_id_express_genero_caractrstcs_sexuais.pdf

Sousa, E., Neves, S., Ferreira, M., Topa, J., Vieira, C. P., Borges, J., Costa, R., & Lira, A. (2023). Domestic violence against LGBTI people: Perspectives of Portuguese education professionals. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 20*(13), 6196. https://doi.org/10.3390/ijerph20136196

Teixeira, T., Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2023). O lugar psicoterapêutico: Considerações críticas para a intervenção com pessoas transgénero e/ou não-conformes de género. *Análise Social, 58*(2(247)), 392–408. https://doi.org/10.31447/as00032573.2023247.08

Tesch, B., & Bekerian, D. A. (2015). Hidden in the margins: A qualitative examination of what professionals in the domestic violence field know about transgender domestic violence. *Journal of Gay & Lesbian Social Services, 27*(4), 391–411. https://doi.org/10.1080/10538720.2015.1087267

Tolmie, J., Smith, R., & Wilson, D. (2024). Understanding intimate partner violence: Why coercive control requires a social and systemic entrapment framework. *Violence Against Women, 30*(1), 54–74. https://doi.org/10.1177/10778012231205585

World Health Organization. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women.* World Health Organization. https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256

Anexos

Anexo A. Guião das Entrevistas

Guião das Entrevistas

Introdução – Apresentação da mestranda e do estudo, informar sobre as questões do anonimato, confidencialidade, formato e duração da entrevista. Entrega da carta de consentimento informado, pedido de autorização para gravar o áudio, recolha das assinaturas. Questionamento dos pronomes.

"*Olá, bom dia! Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela disponibilidade em participar neste estudo, intitulado "Pessoas Trans Vitimizadas por Violência Doméstica e nas Realações de Intimidade: Perspetivas de Profissionais". Meu nome é Luiza Andrade, sou estudante de mestrado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Este estudo faz parte da minha dissertação de mestrado, que está a ser realizada sob a orientação do Prof. Doutor Pedro Alexandre Costa. Antes de começarmos, gostaria se saber como prefere ser tratado, e quais são os pronomes que devo utilizar ao longo da nossa conversa?"*

Parte I. Caracterização da Experiência Profissional e dos Serviços da Instituição

- **Experiência Profissional:** recolha de dados sobre a função desempenhada na instituição, área de formação base e especializações, tempo de trabalho na área.

1. Pode me falar um pouco sobre o cargo que ocupa na instituição? Quais são as funções que desempenha? E a sua área de formação base?
2. Possui alguma formação específica na área da violência doméstica? E quanto a questões relacionadas com a população LGBTI+?
3. Há quanto tempo trabalha na área da violência doméstica e nas relações de intimidade?

- **Instituição:** serviços ofertados, demográfico das pessoas atendidas, trabalho com grupos específicos ou gerais, integração à RNAVVD, atendimentos de pessoas LGBTI+.

4. Quais são os serviços oferecidos pela instituição em que trabalha?
5. Existe algum público específico que costuma buscar apoio na instituição? Quais são as maiores necessidades identificadas?
6. Para além de ser uma instituição que atende pessoas vitimizadas por violência doméstica, os serviços são dirigidos a algum grupo em específico? (e.g. mulheres, crianças e adolescentes, pessoas LGBTI+).
7. A instituição integra a RNAVVD? Como ocorre a articulação entre instituições? Existem desafios nessa articulação?
8. A instituição possui medidas específicas que visem atender as necessidades das pessoas LGBTI+? Quer me falar um pouco sobre elas?

Parte II. Experiência de Atendimentos com Pessoas Trans Vitimizadas

- **Experiência Profissional:** relatos de atendimentos, dificuldades encontradas, necessidades específicas, experiências de integrações.

9. Já realizou algum atendimento com uma pessoa trans vitimizada por VD ou VRI?
10. Se sim, como ocorreu a experiência? Encontrou dificuldades nesse atendimento? Consegue identificar necessidades específicas para essa população? Foi necessário fazer a integração ou articulação com outros serviços? Como ocorreu a experiência?
    Se não, acredita que estaria confortável em fazê-lo?

- **Instituição:** protocolos específicos, boas práticas, barreiras no acesso aos serviços.

11. Existem protocolos específicos para o atendimento de pessoas trans? E quanto às boas práticas? Pode me falar um pouco sobre as boas práticas que são adotadas nesses atendimentos?
12. Consegue identificar aspectos da própria instituição que possam facilitar ou dificultar a procura dos serviços por parte da população trans? Quais são esses aspectos? Pode me falar um pouco sobre cada um deles?
13. A instituição fornece recursos para esses atendimentos? São realizadas campanhas ou iniciativas de formação?
14. Considera que a instituição é inclusiva para as pessoas trans? Pode me dar exemplos? Consegue pensar em formas de ela se tornar mais inclusiva ainda?

Parte III. Reflexões Acerca da RNAVVD e Sugestões de Melhorias

- **Reflexões:** perspectiva sobre a adequação dos serviços da RNAVVD, potencialidades e desafios.

15. Com base na sua experiência profissional, acredita que a RNAVVD esteja adaptada para dar resposta às necessidades das pessoas trans vitimizadas? Pode me falar um pouco sobre isso? Quais são as potencialidades da rede neste sentido? E quanto aos desafios?

- **Sugestões de Melhorias:** perspectiva sobre o que pode ser feito para melhorar os serviços da rede, mudanças necessárias em contextos sociais, políticos e institucionais.

16. O que acredita que possa ser feito para melhorar os serviços que são ofertados pela instituição? E na articulação com outros serviços?

17. Tendo em conta a nossa conversa até agora, o que acha que podemos fazer em diferentes áreas da sociedade para garantir que as pessoas trans tenham suas necessidades mais bem atendidas? E consegue pensar para além desse contexto, algum outro que consiga lembrar?

Fechamento – agradecimento pela participação, conferir se não há dúvidas, entrega da carta de esclarecimento pós-investigação.

"*Gostaria de agradecer novamente pela sua contribuição para este estudo. Antes de encerrarmos, gostaria de saber se existe alguma questão que não tenha sido abordada ao longo da entrevista e que queira partilhar nesse momento, ou alguma dúvida referente ao estudo que tenha ficado e que queira me perguntar*?"

Anexo B. Consentimento Informado

Consentimento Informado

"Pessoas Trans Vitimizadas por Violência Doméstica e nas Relações de Intimidade: Perspetivas de Profissionais"

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade de participação!

Este estudo, realizado em contexto nacional, enquadra-se no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia da Justiça e da Desviância, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Desenvolvido pela mestranda Luiza Domingues de Andrade, sob orientação do Professor Doutor Pedro Alexandre Costa, o presente trabalho busca reunir as experiências de pessoas profissionais que desempenham atividade na linha de frente com pessoas vitimizadas em casos de violência doméstica (VD) e/ou violência nas relações de intimidade (VRI); mais especificamente, no trabalho que é feito com as pessoas trans vitimizadas. Dessa forma, os critérios de inclusão para este estudo envolvem: (1) ser pessoa profissional com experiência no trabalho com pessoas vitimizadas por VD e/ou VRI; (2) possuir experiência de trabalho com a população LGBTQIA +; (3) estar filiada a alguma instituição em Portugal que preste serviço de apoio às vítimas, e que seja integrante da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), tanto de serviços generalistas, quanto de serviços especializados para a população LGBTQIA +.

A participação neste estudo não resulta em custos ou riscos acrescidos, tendo a sua confidencialidade e anonimato assegurados pela mestranda, que utilizará as informações recolhidas apenas no âmbito da elaboração deste trabalho.

O guião utilizado para as entrevistas, desenvolvido em conjunto com pessoa profissional que desempenha sua função como psicóloga na área, e sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Alexandre Costa, conterá algumas perguntas abertas, de forma a possibilitar a elaboração dos temas elencados para este estudo pelas pessoas participantes. O formato da entrevista será do tipo semi-estruturada, podendo ser realizada presencialmente ou à distância. É de reforçar que não existem respostas certas ou erradas, uma vez que estas refletem a experiência pessoal da pessoa participante, pelo qual devem ser feitas da forma mais honesta e sincera possível. Caso não se sinta confortável em responder a alguma das questões colocadas pela mestranda, não tem a obrigação de fazê-lo. A participação neste estudo é totalmente voluntária, podendo ser

encerrada a qualquer momento durante o processo, sem que haja a necessidade de uma justificação para o mesmo. A pessoa participante possui ainda um período de até 2 semanas, no qual pode retirar a sua participação; para isso, basta entrar em contato com a pesquisadora, informando a desistência através do e-mail fornecido abaixo.

De forma a facilitar o trabalho de análise dos dados, caso esteja confortável e forneça seu consentimento, a entrevista será gravada em áudio. Todos os dados recolhidos serão armazenados em local seguro, ao qual apenas a equipa de investigação terá acesso. As informações serão codificadas, de modo a que a sua participação permaneça anônima. Apenas a estudante e o orientador terão acesso aos conteúdos das entrevistas, que serão destruídas após a sua transcrição, assim como qualquer informação que possa identificar a pessoa entrevistada. Informamos ainda que os resultados globais obtidos neste estudo serão publicados no formato da dissertação de conclusão de mestrado, na área da Psicologia da Justiça e Desviância; existindo a possibilidade de publicações futuras em artigos e/ou conferências, caso se julgue adequado. Também será feita a elaboração de um relatório, com linguagem adaptada e acessível para o público geral, com uma breve apresentação dos resultados obtidos neste estudo.
Abaixo, deixaremos alguns endereços para contato, caso possua alguma dúvida ou deseje contactar a discente.

Luiza Domingues de Andrade (up202001044@up.pt)
Pedro Alexandre Costa (pacosta@fpce.up.pt)

Agradecemos novamente a vossa participação! Por favor, assine o campo abaixo nas duas folhas fornecidas pela discente, podendo guardar uma para si.
Declaro que li, compreendi e aceito de maneira informada os termos de participação neste estudo. ( )

Nome da Pessoa Participante _____
Assinatura _____
Data _____

Nome da Discente _____
Assinatura _____
Data _____

Caso possua alguma dúvida, comentário, ou deseje obter informações acerca dos resultados finais do estudo, não deixe de entrar em contato pelo endereço fornecido acima!

Anexo C. Carta de Esclarecimento Pós-investigação

Carta de Esclarecimento

"Pessoas Trans Vitimizadas por Violência Doméstica e nas Relações de Intimidade: Perspetivas de Profissionais"

Gostaríamos de voltar a agradecer a sua participação neste estudo, que tem como objetivo reunir as experiências de pessoas profissionais que desempenham atividade na linha de frente com pessoas vitimizadas em casos de Violência Doméstica (VD) e/ou Violência nas Relações de Intimidade (VRI), com enfoque no trabalho que é feito com as pessoas trans vitimizadas. Dado à escassez do conhecimento académico sobre esta temática em contexto nacional, este trabalho busca contribuir para que tenhamos uma realidade mais inclusiva para todas as pessoas sobreviventes. Os resultados globais obtidos através das entrevistas servirão como base para o desenvolvimento do presente estudo, que será parte do trabalho de dissertação de mestrado da discente (sendo portanto, apresentado perante um júri), e poderá ser publicado futuramente em artigos e/ou utilizado em conferências, resguardando com todo o rigor e sigilo a confidencialidade e o anonimato de todas as informações.

Tendo em conta o tema deste trabalho, os objetivos principais são: (a) explorar como se adequam (ou não) atualmente os serviços da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica no que se refere ao atendimento de pessoas trans vitimizadas por VD ou VRI; (b) identificar as dificuldades e as potencialidades destes serviços para o atendimento desta população, assim como melhorias que possam ser identificadas e implementadas; (c) reunir, junto às pessoas profissionais dos serviços especializados para a população LGBTQIA +, quais as estratégias de articulação utilizadas com outros serviços, as iniciativas de formação e sensibilização que são feitas junto à comunidade, e a experiência do trabalho feito com as pessoas trans na instituição em que se encontram.

Caso possua alguma dúvida referente ao estudo e/ou a sua participação neste, poderá entrar em contacto com a equipa investigativa através dos emails fornecidos abaixo:

Luiza Domingues de Andrade (up202001044@up.pt)
Pedro Alexandre Costa (pacosta@fpce.up.pt)

Se pretender receber os resultados finais deste estudo, por favor deixe o seu endereço de email para que possamos entrar em contácto.

Deixamos abaixo alguns contactos úteis de serviços de apoio.

APAV - linha de apoio para vítimas. Horário: dias úteis, 08h-23h.
Contacto Telefónico: 116 006 (chamada gratuita).
Linha Internet Segura: 800 219 090 [Dias úteis, 08h-22h].

Cruz Vermelha Portuguesa - unidade do Porto.
Contacto Telefónico: 226 006 353 | 226 067 118
Email: dporto@cruzvermelha.org.pt
Endereço: Rua Nossa Sra. Fática, 106 a 138, 4050-425, Porto.

Serviço de Consulta Psicológica da FPCEUP - atendimento psicológico junto à comunidade.
Contacto Telefónico: 22 040 0600 | 22 042 89 22
Email: secretariado_consultas@fpce.up.pt
Endereço: Rua Alfredo Allen, 4200-135, Porto.

Associação Plano i
Contacto Telefónico: 222 085 052
Email: direcao@associaçãoplanoi.org
Endereço: Rua de Baixo, nº6, 4050-086, Porto.

Centro GIS - atendimento a pessoas LGBTI vítimas de VD e/ou género. Horário: dias úteis, 10h-13h | 14h-18h.
Contacto Telefónico: 966 090 117
Email: gis@associacaoplanoi.org
Endereço: Rua Brito Capelo, nº 223, loja 40, 4450-041, Matosinhos.
Casa Arco-Íris - casa de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica LGBTI.
Contacto Telefónico: 222 085 052 | 966 090 117
Email: casaarcoiris@associacaoplanoi.org

UMAR - núcleo da UMAR Porto.

Contacto Telefónico: 225 493 135 | 912 882 129

Email: umar.porto@gmail.com

P’RA TI - centro de atendimento e acompanhamento a mulheres vítimas de violência.

Contacto Telefónico: 22 202 50 48

Email: umarprati@gmail.com

Endereço: Avenida de Camilo, 272, 4300-095, Porto.